



Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vítor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins, a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques e Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição de Fernando Miguel Catarino José, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Afonso Augusto da Silva Luz, Luís Manuel Barreto Leitão e Joana Margarida Banito Tomé, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 a 4, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Eunice Maria Cândido Pratas, Rafaela Isabel Graça Nunes Manuel Jorge Silva Esteves, Pedro Miguel Pereira Florêncio, Maria Nazaré de Souza Oliveira, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo, Helena Isabel Herrera Ramos Ferreira e António Pedro Mano Loução, conforme documentos registados sob os n.ºs 5 a 13, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, Maria Paula Soeiro Cândido, António Miguel da Costa Ferreira e Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, conforme documentos registados sob os n.ºs 14 a 16, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentou pedido de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel, conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída por Francisco Inácio de Brito Palma, conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, João Manuel Martins da Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Óscar Alexandre de Jesus dos Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do CHEGA, Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

B - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Chamo de novo a atenção para esta nova formalidade que estamos hoje a inaugurar, que é a prestação da declaração de concordância ou discordância da gravação e transmissão audiovisual desta sessão. Isto decorre da mais recente e única orientação sobre as transmissões on-line das reuniões dos órgãos municipais que foi emitida pela Comissão Nacional de Proteção de Dados há pouco tempo. Independentemente do Regulamento da Proteção de Dados do Município de Setúbal que está em discussão pública, este é um procedimento que é diretamente recomendado pela Comissão, a qual tem poderes para multar. Significa que mesmo sendo uma sessão pública, quem não quiser que a sua imagem visual, nome ou a sua gravação seja transmitida tem o direito de o declarar e entrega essa declaração, se não autorizar temos de evitar a recolha da sua imagem para preservar a sua identidade, dados pessoais e a sua privacidade.

A partir de agora todas as reuniões terão este procedimento e aplica-se a todos os funcionários, eleitos, seja da câmara, seja da assembleia, e à assistência, quer façam intervenção, quer não façam. Todos os presentes na sala têm de fazer essa declaração.

Vamos passar à sequência dos trabalhos com o período da intervenção do público e temos duas inscrições (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 20 e 21).

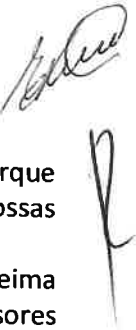
Chamo para fazer a sua intervenção o Sr. Luís Simões.

Luís Simões – Sou delegado sindical do Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores e represento os profissionais da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, funcionários da Câmara Municipal de Setúbal. Estivemos presentes nesta sala, na reunião de câmara no dia 17 de maio, onde apresentámos uma denúncia publicamente, a qual já tínhamos feito por intermédio de e-mail para o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, para a Sra. Vice-Presidente com funções de vereadora de Recursos Humanos e ao próprio chefe dos Recursos Humanos. Uma vez mais a denunciar as consecutivas ilegalidades cometidas pelo Sr. Comandante, no que concerne à elaboração das escalas de serviço. Os Bombeiros Sapadores têm consecutivamente sido privados da normal conciliação da vida familiar e da vida profissional, pois o Sr. Comandante não respeita o mapa que é lançado anualmente, onde estão consagrados os descansos complementares e os descansos obrigatórios. Isto é grave, principalmente quando esta denúncia é feita àquele que devia ser o representante máximo da democracia no Município de Setúbal, que é o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

No preciso dia, 17 de maio, estive aqui com poucos bombeiros e lamentavelmente tivemos de abandonar a reunião antes do fim, porque sentimo-nos desrespeitados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal que, mais uma vez, teima ignorar denúncias com este cariz de gravidade que aqui trouxemos. Enviámos as provas com as escalas, o mapa para que não houvesse desculpas de más interpretações e explicamos tudo, que é uma ilegalidade.

Infelizmente, outros temas de ilegalidades e de atentados àquilo que são os direitos consagrados na Constituição da República já decorre em sede própria uma queixa para esse fim, mas é lamentável que na Câmara Municipal de Setúbal os Bombeiros Sapadores, funcionários desta Câmara Municipal, tenham de constantemente recorrer à justiça para ver os seus direitos assegurados. Nesse dia os bombeiros saíram daqui efetivamente desagradados por, mais uma vez, não haver resposta, por isso hoje fizeram questão de estar presente e preencher esta moldura humana aqui na expectativa de não voltarem a ser desrespeitados, porque, desta vez, são eles que serão desrespeitados e não um delegado sindical.

No dia 7 de junho houve, novamente, uma reunião de câmara e não estivemos presentes e realmente ficámos desanimados, porque nem o próprio Presidente, nem os partidos que fazem oposição, ou por esquecimento ou porque certamente já têm algum conhecimento de que nós não estivemos, nem sequer foi levantado este tema, pelo que nos faz sentir ignorados, não apenas pelo executivo, mas um bocadinho ignorados por todos. Apelamos aqui, uma vez que perante estes deputados que têm responsabilidades, apelamos a todos que, pelo menos, questionem ou tentem saber porque é que em Setúbal, ao contrário de todos os Bombeiros Sapadores do país, nós vemos isto acontecer, a dificuldade de os trabalhadores poderem fazer a conciliação da vida familiar com a vida laboral quando está planeado desde o início do ano de uma maneira e o Sr. Comandante por livre-arbítrio faz estas atrocidades.



No dia que viemos trouxemos apenas esta questão precisamente para que não houvesse fugas, porque acontece que quando trazemos muitos temas, muitas vezes somos ludibriados e não há respostas às nossas questões.

Gostava de frisar e lembrar que estamos em greve, já entrámos no 8º mês consecutivo e o Sr. Presidente teima em dizer que está aberto para conversar connosco. É curioso, nós vemos, por exemplo, no caso dos professores que já vão em não sei quantas rondas negociais e aqui em Setúbal os trabalhadores ainda não foram chamados para tentar derimir estas pequenas lacunas que temos em termos de ideais. Gostava de frisar que apresentámos aqui, se bem se lembram, um pedido de demissão do Sr. Comandante, um dos motivos era precisamente estas atrocidades aos direitos laborais. Acontece que está a decorrer um inquérito ao Sr. Comandante, em que acreditamos que seja só mais um floreado, porque, na verdade, nós denunciámos aquilo que está ilegal e ninguém faz nada.

Gostava, também, de saber, não querendo acrescentar muito mais, caso haja alguma resposta, possa ser mais em concreto, nós desafiámos a Câmara e felizmente foi aceite após alguma insistência da nossa parte, em seguir com um processo para ver se abreviávamos uma das situações que temos em tribunal que era o reposicionamento na tabela salarial dos bombeiros que foram promovidos, uns promovidos e outros nomeados, que mais uma vez o entendimento da Câmara era totalmente díspar daquilo que acontece de norte a sul do país e então tivemos que recorrer, felizmente que o Sr. Presidente, o executivo aceitou que recorrêssemos ao que há para esse fim e felizmente que foi dado razão aos bombeiros.

Fazendo crer que o Sr. Presidente é uma pessoa de palavra, tinha dito que bastava termos um documento do tribunal que contrariasse os pareceres, não de órgãos de soberania, mas de outros institutos nacionais com alguma relevância, que iria fazer esse procedimento de andar para a frente. Já passou cerca de um mês e, também, queremos questionar quando vai reunir connosco, para alinhar esse posicionamento e o pagamento daquilo que ficou por pagar nestes últimos 6 anos. Muito obrigado. Boa tarde.

José Luís Costa – Gostava de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara de Setúbal e ao seu executivo os trabalhos de pintura feitos recentemente nas ruas da cidade. É muito importante para os automobilistas que os trabalhos continuem.

Desculpem, mas tenho um problema neurológico e tremo um bocadinho.

Gostava de solicitar que os buracos existentes no asfalto fossem tapados, gostava de solicitar, por último, que as tampas metálicas existentes no asfalto, abatidas ou levantadas, fossem reparadas ou reposicionadas, ou uma coisa ou outra. Desejo a todos uma boa noite e que tudo corra pelo melhor para todos.

Presidente da Câmara – Relativamente à questão que o Sr. Delegado Sindical dos Bombeiros colocou, quero dizer que a Câmara Municipal, este executivo, tem cumprido com aquilo que tem falado com os bombeiros e com o sindicato, ao contrário do que às vezes se diz, o executivo municipal continua disponível para falar com toda a gente e também com este sindicato como fala com os outros. Também já disse que a questão com os sindicatos é tratada nos recursos humanos, é onde estão os serviços técnicos que acompanham essa questão, expliquei isso, acho que também já foi compreendido.

Peço desculpa por não ter estado aqui para ouvir a intervenção toda, mas só salientar uma questão, para reafirmar esta questão do compromisso.

O compromisso, desde o primeiro dia que eu tomei posse, que eu disse que se nós encontrássemos um caminho que pudesse levar a justificar a razão que os bombeiros clamavam, que faríamos esse caminho. Encontrou-se esse caminho e nós cumprimos o nosso compromisso, avançámos e foi isso que o senhor aqui referiu.

Relativamente às escalas já falámos sobre isso, todas as questões estão escritas e não dependem, como já disse, de nós. Estão escritas em documentos de entidades e até foi afixado os documentos de quem se pronunciou sobre isto. Não tenho aqui, não vim preparado para dar essa resposta, mas amanhã ou depois de amanhã a Sra. Vice-Presidente poderá receber-vos e falar sobre outras decisões, até dos tribunais, que acabaram de chegar e que eu não tive tempo para trazer aqui, no sentido de que haja um melhor esclarecimento sobre esta situação para que não haja ninguém que esteja ou que seja mais prejudicado do que já tem sido.

Disse isso na reunião que fiz com os bombeiros que os mais prejudicados no meio deste processo e no final deste processo serão sempre os mesmos. O que eu proponho é que amanhã ou depois de amanhã, a Sra. Vice-Presidente agende uma reunião para se poder falar sobre estes assuntos e procurar encontrar, também, um caminho para resolver esta situação, sendo que, e isso acho que tem sido sempre claro e transparente, nós defendemos aqui o interesse público e o interesse da Câmara Municipal e temos, também, a obrigação de cumprir as leis. Portanto, a nossa disponibilidade, o nosso entendimento até sobre algumas posições institucionais que conhecemos, nós não temos o mesmo entendimento e estou a falar de questões que quem trabalha deve e tem direito a ser remunerado condignamente. Acho que vocês sabem do que é que estou a falar.

Deixava-vos aqui esta proposta de amanhã ou depois de amanhã, a Sra. Vice-Presidente marcar a reunião e esclarecermos todas estas situações, procurando encontrar um caminho que resolva os problemas que todos nós temos, não são os problemas dos bombeiros, são os problemas da administração aqui no Município de Setúbal.

Não é caso único, também como sabemos, mas estamos preocupados com o que se passa aqui, relativamente àquilo que se passa noutros sítios acompanhamos, naturalmente, com preocupação quando se trata dos bombeiros e acompanhamos todos os processos com muita preocupação. Era isso que vos queria deixar aqui.

O Sr. Luís Simões começou a falar, mas não se conseguiu perceber por não estar a falar ao microfone.

Presidente da Mesa – Senhor Luís Simões, fez a sua intervenção, colocou e expôs o problema, o Sr. Presidente respondeu-lhe e mandou agendar uma reunião e é nessa reunião que terá de fazer o resto da discussão.

Manuel Fernandes (PS) – Relativamente a esta intervenção do Sr. Dirigente Sindical Luís Simões, gostava de recordar duas coisas, em primeiro lugar, a bancada e em nome da bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, tal como os vereadores em reunião de câmara já, por inúmeras vezes, têm colocado esta questão da situação dos bombeiros, que são várias e são complexas, não é apenas uma ou duas, são várias.

Tanto os vereadores do Partido Socialista como os deputados municipais desta bancada, eu próprio, já anteriormente tinha feito intervenções no sentido de estabelecer com o executivo um ponto de situação referente àquilo que está a ser feito, àquilo que falta fazer, quais os caminhos a percorrer. As respostas que nos são dadas e que nos têm sido dadas, tanto a nós como aos vereadores do Partido Socialista, têm sido o que todos nós acabámos de ouvir.

Aqui compete assumir que, às bancadas da oposição, nomeadamente à bancada do Partido Socialista, compete averiguar, acompanhar o problema e expô-lo em sede própria que é aqui e é em reunião de Câmara, temo-lo feito.

À outra parte, que é a parte do executivo, compete resolver o problema que não tem acontecido e essa é uma responsabilidade política que nós, porque não fomos eleitos para ser executivo, fomos eleitos para ser oposição, não temos essa responsabilidade ou não nos compete e não conseguimos sequer resolver, por muito que queiramos não conseguimos. Portanto, se há processos a percorrer na justiça, deixar que esses processos decorram na justiça o tempo que entendem que é o tempo da justiça, para nós é imenso e eu sei do que falo, porque também acompanho processos na justiça de trabalhadores e sei perfeitamente que demoram uma eternidade.

Agora há aqui um problema, é que a responsabilidade política deve ser assacada àqueles que têm a responsabilidade de resolver este problema e esse é o executivo, é o Sr. Presidente e o executivo desta Câmara e não o têm feito e nós inúmeras vezes o temos interrogado.

É pertinente a reincidência das questões que aqui traz, espero que o continue a fazer para que nós, também, continuemos a acompanhar a falta de resposta deste executivo. Depois de ter resolvido tudo aquilo que está por resolver na justiça, também tomaremos uma atitude enquanto partido da oposição.

Luís Maurício (CH) – Só para responder aqui aos líderes sindicais. Na última sessão da Assembleia Municipal, o partido Chega questionou o Sr. Presidente sobre a situação dos bombeiros, mais uma vez o Sr. Presidente não deu resposta.

Perguntei várias vezes como é que estavam as negociações, como é que estava a situação, se já havia algo para se saber, algo de novo e o Sr. Presidente não respondeu nem disse nada, nem que sim e nem que não, apenas não respondeu.

O partido Chega sempre esteve ao vosso lado, tive sempre ao vosso lado, apoio a vossa causa, porque temos de pensar que vocês estão aqui para ajudar todos nós e estamos sempre ao vosso lado, nunca se esqueçam que o partido Chega está sempre ao vosso lado.

Presidente da Câmara – Naturalmente que quando dizemos as coisas, temos de assumir as responsabilidades e as consequências daquilo que dizemos. Neste caso o senhor deputado Manuel Fernandes, como também já nos habituou, intervém e diz aquilo que considera importante dizer.

Como já referi anteriormente, o diálogo é com todos, não é com os trabalhadores porque sobre isso nem é necessário falar, e também com todos os sindicatos como tem sido referido, a porta está sempre aberta para haver esse diálogo e isso continuará.

Relativamente à questão que o senhor deputado Manuel Fernandes colocou, infelizmente senhor deputado pedi há um mês e meio uma reunião com o Sr. Secretário de Estado que tem a tutela desta matéria e, após muitas insistências, recebi na semana passada a informação de que agora não era oportuno tratar deste assunto, porque ele estava a ser tratado a vários níveis e o Sr. Secretário de Estado não estava em condições de falar com o Presidente da Câmara Municipal de Setúbal sobre este assunto.

Só dizer que, também, aos senhores deputados cabe a responsabilidade da ponderação e sobretudo um caso em que o senhor deputado é da mesma força política do Governo.

Manuel Fernandes (PS) – Apenas referir que, efetivamente, ficou plasmada através da intervenção do Sr. Presidente, agora aqui, que a responsabilidade política foi chutada para canto uma vez mais. Aliás, é isto que nos estamos a habituar já alguns anos para cá.

A responsabilidade política dos Bombeiros Sapadores é municipal, é do município, atirar para outros essa responsabilidade que compete ao município é, pura e simplesmente, demonstrar incompetência, incapacidade e empurrar com a barriga aquilo que são problemas que se resolvem por si próprios. Portanto, a responsabilidade política, uma vez mais, é deste executivo, deste Sr. Presidente e de mais ninguém.

Vanessa Silva (CDU) – Agradecer ao senhor Luís Simões a questão que hoje aqui nos trouxe. Não vou, naturalmente, responder ao senhor Luís Simões, nem as questões que os bombeiros aqui trouxeram são possíveis de responder.

Consideramos que é importante que se façam as reuniões que forem necessárias para que, com base no diálogo, o executivo municipal e os bombeiros resolvam as que são da esfera da competência da Câmara Municipal resolver, mas também não posso ouvir o senhor deputado do PS dizer o que lhe apetece e achar que é verdade.

Sabemos que as carreiras na Administração Pública são enquadradas na lei e a dos bombeiros também, aliás, há vários anos que os bombeiros têm reivindicado a revisão do estatuto profissional, como sabe, até porque diz que acompanha e de certeza que acompanhará também estas questões. Aliás, parece já haver uma proposta base em cima da mesa e essas questões também alteram aspetos das questões que são geradoras de algum tipo de entendimento diferenciado entre os bombeiros e a Câmara Municipal e, portanto, isto é um órgão político e tem um regimento e é natural que aqui também façamos alguma discussão política para explicar.

Não estou a responder aos senhores bombeiros, como já referi, estou agora aqui a dirigir-me ao deputado municipal do PS.

Senhor Presidente apelava a que houvesse algum silêncio na sala, porque este não é o nosso funcionamento.

Presidente da Mesa – Agradeço que não façam diálogo, faz-se uma intervenção de cada vez e todos têm direito a fazer, em diálogo não faz ninguém.



Vanessa Silva (CDU) – A questão que estou a colocar não tem a ver com a questão inicial, tem a ver com o que o senhor deputado do PS aqui referiu, há responsabilidades que são municipais e há um enquadramento legal e há entendimento legal sobre aspetos que são diferenciados e que precisam de ter apuramento para que não haja responsabilidades e que mais tarde sejam aqueles que trabalham que venham a pagar. Nem tudo vale na batalha política, nem vale a afirmação que só pela afirmação passa a ser verdade e vamos estar cá todos para ver no final qual é o entendimento que é o mais adequado, de que forma é que ele pode ser respeitado, de que forma é que ele pode valorizar, também, as carreiras destes trabalhadores e isso é uma questão que é central nesta análise.

O Sr. Presidente já aqui referiu que há decisões judiciais que precisam de ser analisadas de parte a parte, então que sejam analisadas e que se tomem as medidas que, também, forem possíveis já com esses esclarecimentos feitos.

Presidente da Câmara – Cada um diz aquilo que tem a dizer e, naturalmente, cada um faz a avaliação daquilo que tem a dizer e acho que há pessoas que têm responsabilidades até acrescidas nesta matéria que está aqui em causa e que deveriam ponderar melhor nas intervenções que fazem e na responsabilidade que têm.

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto único: Sistema de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Setúbal e na Região e Respetivo Regime Tarifário

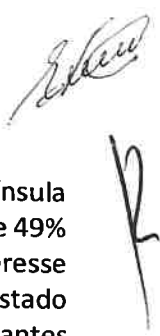
Presidente da Mesa – Como está no Regimento, o Sr. Presidente da Câmara vai fazer a primeira intervenção abrindo o debate, depois far-se-á a apresentação do Relatório da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal sobre as diligências e a informação que recolheu, a quem eu quero antecipadamente agradecer o esforço que fizeram em tão curto espaço de tempo para realizar as reuniões com as entidades relevantes nesta matéria, a começar pelos Serviços Municipalizados, a AMARSUL, a ERSAR e já não coube neste tempo a reunião solicitada à APA, que é a Autoridade Nacional de Resíduos, mas já está agendada para sexta-feira, ainda esta semana. O assunto, naturalmente, não se esgotará nesta reunião, apesar de se tirarem conclusões, certamente, mas a Comissão de Ambiente vai ter de o acompanhar e dar seguimento a estas diligências até termos aqui algum ponto de saída.

O Sr. Presidente da Câmara faz a intervenção, depois apresenta-se o Relatório e de seguida inicia-se a primeira ronda de intervenções em sentido inverso ao da representação e numa segunda volta a ronda é aberta ao debate e discussão das propostas que entraram.

Senhor Presidente, tem a palavra.

Presidente da Câmara – Em primeiro lugar Sr. Presidente, quero agradecer em nome do executivo municipal, ter dado resposta afirmativa e tão rápido quanto foi possível a um pedido que a Câmara Municipal dirigiu ao Sr. Presidente para tratarmos de um assunto que diz respeito a Setúbal, aos setubalenses, aos nossos munícipes, mas que é um assunto que também abrange um leque muito alargado de cidadãos portugueses que vivem neste território e por isso é um assunto que consideramos da mais relevante importância. Quero, também, saudar a Comissão de Ambiente que assumiu aqui um papel importante num levantamento de questões e de informação relativamente a esta matéria e que elaborou um relatório bastante pesado sobre esta temática, embora não tendo conseguido realizar uma das reuniões que eventualmente seria também importante para este debate.

Já houve muita informação a circular sobre este ponto, já houve dois debates na Câmara Municipal, um no período antes da ordem do dia, outro durante o período da ordem do dia com a apresentação de propostas relativamente a este assunto e com debates associados, já houve muito debate sobre isto, mas também gostava de colocar aqui meia dúzia de pontos até para justificar ter solicitado à Assembleia Municipal esta iniciativa.



A AMARSUL, a empresa que por obrigação legal trata os resíduos sólidos urbanos dos municípios da Península de Setúbal, foi até 2014 uma empresa com capitais totalmente públicos, repartidos em 51% pelo Estado e 49% pelos municípios, o que determinava, então, que as orientações da empresa eram o cumprimento do interesse público. Foi nesse ano que o Governo, da altura, decidiu privatizar a EGF, empresa que representava o Estado na AMARSUL e que foi vendida à Mota Engil que passou a deter 51% do respetivo capital, ficando os restantes 49% na posse dos municípios.

Com capitais maioritariamente privados, a AMARSUL passa a ter como determinante na sua missão a obtenção do lucro, como é próprio das empresas privadas, e é neste quadro que se pode justificar, no nosso entendimento, a evolução das tarifas cobradas por cada tonelada de resíduos tratados nos últimos anos. Depois de um período, entre 2014 a 2018, em que o preço variou entre os 24,67 e os 20,08 euros, em 2019 o preço praticado por tonelada de resíduos tratados ficou-se em 20,48 euros. Em 2020 alcança os 29,70 euros e aumenta de novo em 2021 para 32,68 euros, em 2022 regista-se novo aumento agora para 43,58 euros e no presente ano de 2023, o preço passou a ser de 60,58 euros por tonelada, ou seja, mais 39%. Já está homologado, entretanto, pela ERSAR o aumento para 77,04 euros por tonelada em 2024, o que representa mais um aumento de 27%.

Em resumo, em 6 anos esta taxa sobe 56,56 euros por tonelada. A entrada em vigor das tarifas cobradas pela AMARSUL pelo tratamento dos resíduos sólidos urbanos para 2023, implica, entretanto, que o custo a pagar a esta empresa privada pelo Município de Setúbal seja superior neste ano a 4 milhões de euros. Também para 2023, estimamos que o custo da recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos do nosso concelho para a AMARSUL, acrescido dos investimentos necessários para manter a operação municipal, atinja um valor superior a 6 milhões de euros. Eis a razão do aumento que muitos não compreendem das tais taxas incluídas na fatura da água em Setúbal, estamos apenas perante o resultado das imposições feitas pela AMARSUL com o aval do Governo.

Importa, aliás, salientar que, ao longo dos anos, a fatura final paga pelos munícipes só não é mais elevada, porque a Câmara Municipal de Setúbal e os outros municípios do sistema têm assumido quota-parte significativa dos aumentos impostos pela AMARSUL.

A responsabilidade social que todos reconhecem que deve ser considerada nestes sistemas de gestão de resíduos, porque incide sobre toda a população, deixa assim na prática de ser considerada, pois foi a própria ERSAR, cujo Conselho de Administração é nomeado pelo Governo, que decidiu viabilizar estes aumentos tarifários para 2023 e 2024. O que aqui é essencial, além da questão do tarifário, é o que motiva os sucessivos aumentos destes preços, a razão desses aumentos reside na visão economicista que preside à gestão de uma empresa privada como é o caso da AMARSUL, embora os municípios detenham 40% do capital.

Se o problema esteve na privatização em 2014 e se todos reconhecem o problema criado, o que é facto é que o atual Governo não assumiu ainda em pleno, e já estamos em 2023, a responsabilidade que lhe cabe na reversão da situação, por isso é relevante recordar que ainda em 2015, o PS, na declaração conjunta que assinou com o Partido Ecologista Os Verdes e que lhe permitiu num novo quadro político formar Governo, assumiu o compromisso de reverter a privatização da EGF sem que, desde então, se tenha conhecido qualquer iniciativa visando a concretização desse objetivo.

Este não é um problema que afeta apenas a Câmara Municipal de Setúbal e os seus munícipes, afeta também todas as câmaras municipais que integram sistemas multimunicipais ou integravam sistemas multimunicipais de gestão de resíduos e que com a privatização da EGF ficaram subjugados à gestão privada dos respetivos sistemas. Enquanto este problema não for encarado e não for revertida esta privatização, as taxas que tanto pesam nos bolsos dos setubalenses continuarão a aumentar por falta de coragem política para pôr termo a uma situação que a todos prejudica.

Em Setúbal, face ao aumento da tarifa da AMARSUL e à sua repercussão nos custos de exploração e ainda tendo em consideração o facto da operação de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos ter sido assumida pelos recém-criados Serviços Municipalizados de Setúbal, entidade ainda sem as necessárias capacidades para amortizar e assumir os custos decorrentes do exponencial aumento das taxas de resíduos, foi enviado para apreciação na Câmara Municipal o aumento de 39% da tarifa praticada nos resíduos. O objetivo desta medida é garantir a sustentabilidade financeira e o financiamento deste serviço público que se quer eficiente e de qualidade e ao mesmo tempo assegurar a acessibilidade económica por parte dos utilizadores sem esquecer a questão da responsabilidade social.

A Câmara Municipal de Setúbal apreciou aquela proposta de atualização do tarifário em reunião de Câmara realizada a 23 de maio, não tendo havido acordo entre as forças políticas lá representadas sobre a tarifa a aplicar e, ao mesmo tempo, a decisão sobre qual o valor a assumir pela Câmara Municipal, decidi solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a organização de um debate alargado a todas as forças políticas aqui representadas.

O objetivo é alargar o debate político sobre este problema que é de Setúbal, dos municípios da Península de Setúbal, da Área Metropolitana e de todos os sistemas que foram privatizados, levar o debate e a decisão à Assembleia da República e ao Governo, porque consideramos que é necessário reverter a privatização da EGF voltando a ter sistemas multimunicipais de capitais públicos, sistemas que prossigam o objetivo do interesse público e que prossigam, também, objetivos de maior eficiência e eficácia na sustentabilidade ambiental.

O Município de Setúbal tem perseguido estes objetivos desde 2021 em que promovemos no nosso território um sistema de recolha de proximidade de resíduos orgânicos no âmbito de um projeto inovador desencadeado pela Câmara Municipal com vista à sustentabilidade ambiental. Este serviço reforça o compromisso municipal na esfera da proteção ambiental e na promoção da eficiência de recursos no contexto dos princípios da economia circular e é concretizado através do projeto “Setúbal Composto Tem + Valor”. Com este serviço é possível garantir uma recolha de proximidade de bio resíduos, para isso foram instalados na via pública, nos atuais pontos de recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados, mais de 80 novos contentores semienterrados para deposição exclusiva de bio resíduos, com 3 mil litros de capacidade que cobrem 70% do território concelhio.

Com este projeto fazemos uma recolha seletiva de orgânicos transformando-os num produto orgânico que possa ser reutilizado. Este compromisso ambiental assumido pelo município setubalense é traduzido num elevado benefício na medida em que pode vir a resultar numa redução em cerca de 35% de resíduos que vão para aterro sem qualquer tipo de valorização.

O programa “Setúbal Composto Tem + Valor”, resultante da aprovação de 3 candidaturas do município a fundos comunitários, no âmbito do PO SEUR (Programa Operacional, Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) é um projeto que antecipa a obrigatoriedade de Portugal assegurar a separação e reciclagem na origem da recolha seletiva deste tipo de resíduos e que constitui os primeiros e decisivos passos para a adoção no nosso concelho de um sistema PAYT - Pay As You Throw, o que numa tradução livre significa que os municípios apenas terão de pagar pelo que deitarem para o lixo e não com base em taxas indexadas ao consumo de água.

Antes de terminar e depois de destacar que nesta matéria de resíduos não temos estado parados, quero ainda insistir na questão das tarifas. Estamos colocados perante um problema que tem grande impacto na gestão financeira da Câmara Municipal e que tem de ser resolvido rapidamente por quem tem competências para o fazer, ou seja, o Governo, sob pena de se agravarem irremediavelmente os custos a pagar por todos os que utilizam os serviços de recolha e obrigatório tratamento na AMARSUL de resíduos sólidos urbanos, criando-se sérias dificuldades de gestão e de investimento às autarquias.

Era este, mais um conjunto de informação, Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados que aqui trazemos, contribuindo assim para o debate.

a) **Apresentação do Relatório de Audição e de Apreciação da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal** (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22)

Isabel Conde (PSD) – Cumpre começar por, em nome da Comissão, agradecer as palavras dos senhores presidentes, agradecer a todos os elementos da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal, aos seus elementos permanentes, aos que se encontram em substituição, aos observadores e a todos os que colaboraram nesta missão, pela força e resiliência que individualmente e em equipa ficou demonstrada. Em nome da CABEA deixo um agradecimento especial ao GAOM pelo seu forte empenho e desempenho. O nosso obrigado, também, às entidades ouvidas e por toda a disponibilidade e celeridade de resposta.

Realçar que, em sede de Comissão, o presente relatório foi aprovado por unanimidade no conteúdo e na forma.

Em anexo, mas integradas no relatório, encontram-se as atas que contêm informação extensa e detalhada recolhida sobre esta complexa matéria, tal como os dados facultados pelas entidades ouvidas.

Foi, também, entendimento que a informação recolhida poderia servir de base a este debate que irá ser iniciado. No seguimento do pedido do Sr. Presidente da Câmara Municipal, André Valente Martins, e das conclusões da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, reunida no passado dia um de junho, foi convocada uma reunião extraordinária da Assembleia para hoje, dia 19, para a discussão do tema “Sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos do Município de Setúbal e na região e respetivo regime tarifário”.

Para a preparação desta reunião plenária da Assembleia Municipal foi acometida à Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal a incumbência de recolher e preparar a informação necessária para o debate do referido tema definindo a Comissão Permanente a orientação de promover audiências com os Serviços Municipalizados de Setúbal, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e a AMARSUL.

De segunda-feira, dia 12, a sexta-feira, dia 16, foram ouvidas três entidades, a AMARSUL, os Serviços Municipalizados de Setúbal pelo senhor vereador Carlos Rabaçal e a ERSAR. A APA, a Agência Portuguesa do Ambiente, referiu que só poderia receber-nos no próximo dia 23, sexta-feira, e esta comissão mostra toda a disponibilidade para a poder ouvir.

Considerando curto o prazo para a realização das quatro audições indicadas, das duas reuniões indispensáveis, uma primeira de preparação e de desenvolvimento das diligências necessárias e uma outra para a consensualização do relatório a apresentar, foi entendimento da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal que não se encontram, neste momento, reunidas as condições para a apresentação de outras conclusões neste relatório. Acresce, ainda, referir que a APA ainda não foi ouvida.

Neste contexto a Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal recomenda à Assembleia Municipal de Setúbal que indique ao executivo da Câmara Municipal que considere prazos mais alargados para a realização de assembleias temáticas, por forma a que as comissões de trabalho, quando solicitado, tenham tempo para reunir com as entidades para analisar a respetiva informação, a respetiva documentação e retirar as devidas conclusões relevantes para os trabalhos a desenvolver por esta Assembleia.

Presidente da Mesa – Os documentos estão distribuídos e reitero o agradecimento pelo vosso esforço, foi um sprint, mas foi pedido a urgência na realização da Assembleia Extraordinária e era preciso urgentemente reunir informação e preparar esta discussão.

Ainda assim, se tiverem oportunidade de ler todos os documentos verificam que foi importante o acervo de informação que foi recolhida com uma nota que passa por todos, afinal todas as entidades, sejam reguladoras, sejam operadoras a nível alta ou baixa, todos estão descontentes com o sistema, há qualquer coisa que tem que ser corrigido e todos reconhecem isso, até a própria Entidade Reguladora diz que remete para o Governo, mas o sistema está desequilibrado. Se está desequilibrado já estas reuniões serviram para estabelecer um ponto de partida para a discussão.

A Assembleia é monotemática, mas temos sobre o mesmo tema quatro propostas de deliberação, parece-me que era adequado sugerir que as intervenções fossem, sem prejuízo de uma intervenção depois em cada uma delas, se houver naturalmente, mas que se fizessem debates sobre o conjunto das propostas, porque elas não são muito exclusivas umas das outras, não são excludentes, são mais complementares do que excludentes. Nas intervenções que fizerem podem referir-se a qualquer uma delas e depois na votação, de cada proposta, ainda poderemos fazer alguma discussão mais específica.

Vamos fazer a ronda dos partidos começando pela Iniciativa Liberal.

Flávio Lança (IL) – Hoje estamos aqui reunidos para debater um tema de extrema importância para a qualidade de vida da nossa cidade e do nosso planeta, a gestão eficaz dos resíduos sólidos urbanos.

A Iniciativa Liberal tem uma abordagem favorável à sustentabilidade do planeta e ao tratamento adequado dos resíduos urbanos, valorizamos a inovação, a eficiência, a participação do setor privado e do setor público na gestão dos resíduos sólidos urbanos.

É preciso todos termos consciência que gerir, separar e tratar cada vez mais lixo implica investimento e mais despesa e para esses investimentos e despesas acontecerem alguém terá de ter as verbas necessárias. Não será difícil de perceber que quem terá de pagar somos todos nós com os nossos impostos.

Independentemente do modelo que se escolher, de serem todos os cidadãos do país a pagar por igual, independentemente do lixo que produzem, sejam os cidadãos de cada município a pagar por igual pelo lixo produzido pelo município, seja mesmo cada cidadão diretamente a pagar pelo lixo que produz, quem vai acabar por pagar a sustentabilidade do nosso planeta somos todos nós.

É o custo que incorremos hoje para deixar um planeta para as gerações futuras, mesmo que o modelo seja de cobrar às empresas, como muitos propõem, uma taxa em função do tipo de resíduos que os seus produtos irão gerar e as empresas, obviamente, vão refletir esse custo adicional nos seus produtos. Seremos na mesma todos a pagar nesta via por produtos mais caros.

Esta última solução, que não defendemos, não cria qualquer incentivo à separação por parte de quem compra o produto, contribuindo para a existência de dois modelos de tratamento de lixo distintos por mais tempo, os indiferenciados e os separados, porque quem compra o produto nem se apercebe do custo que esse mesmo produto irá gerar no seu tratamento, sabe apenas que comprou um produto mais caro.

Estamos a criar um modelo de separação, reciclagem e tratamento do lixo, mas temos de continuar na mesma a tratar o lixo indiferenciado, o lixo que não é separado. É fácil de percebermos que hoje temos duas estruturas a funcionar, a que trata o lixo indiferenciado e a que trata o lixo separado, quando antes só tínhamos uma, a que tratava o lixo indiferenciado, logo, parece evidente que teremos sempre mais custos. Parece-me que é óbvio.

Para alcançarmos sucesso neste desafio, é essencial adotar uma abordagem baseada na liberdade de mercado e na responsabilidade individual incentivando a redução dos resíduos inevitáveis, promovendo o reaproveitamento e a reciclagem e beneficiando quem mais separa corretamente o lixo que produz.

Não podemos permitir que os resíduos gerados no nosso município comprometam as metas ambientais estabelecidas. A má gestão dos resíduos sólidos urbanos acarreta impactos ambientais significativos, como a acidificação dos solos, a contaminação das águas subterrâneas e a emissão de gases de efeito de estufa. Também a inadequada colheita de resíduos sólidos, acumulação de lixo e a falta de higiene urbana representam sérios riscos à saúde pública devido à propagação de pragas. Portanto, é fundamental que os cidadãos participem ativamente e estejam informados sobre a redução e a gestão adequada dos resíduos e se empenhem em diminuir o desperdício.

Estamos convictos que o atual sistema de taxação de resíduos sólidos urbanos, 100% baseado no consumo de água, tem de ser revisto por parte do município. Embora possa ter algum incentivo para a redução do consumo de água, não estimula a reciclagem da forma adequada. Temos situações em que há famílias que separam corretamente o lixo e o depositam nos ecopontos, mas acabam por pagar uma taxa de resíduos superior à de agregados familiares que depositam todo o seu lixo de forma indiferenciada.

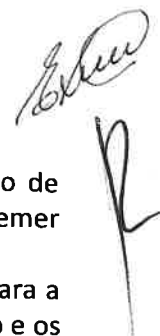
Por isso, consideramos fundamental que o executivo municipal adote como alternativas soluções, como o “Pay As You Throw”, o conhecido PAYT, onde os cidadãos acabam por pagar de acordo com a quantidade de lixo que produzem. Isto pode ser implementado através da utilização de chips nos contentores do lixo para identificação dos resíduos reciclados por cada família, contabilizando os consumos em contentores coletivos por meio de um cartão magnético ou adotando o sistema de sacos pré-pagos. Existem exemplos por este mundo fora.

Este novo modelo de cobrança beneficiará aqueles que reciclam mais, independentemente do seu consumo de água, aliviando assim o custo dos resíduos sólidos na fatura da água.

É importante salientar, e termino já de seguida, que a aplicação do princípio poluidor-pagador é uma exigência tanto da União Europeia quanto da legislação portuguesa, porque ao adotarmos medidas que promovam a responsabilidade individual na gestão de resíduos, estamos alinhados com as diretrizes internacionais e nacionais.

Mariana Crespo (PAN) – A necessidade de redução da produção de resíduos urbanos e do aumento das respetivas taxas de reciclagem ainda é um desígnio por cumprir em Portugal.

Deparamo-nos, sinteticamente, com três grandes metas que ainda não foram alcançadas, atingir uma redução significativa da produção de resíduos, diminuir os resíduos biodegradáveis depositados em aterro, respeitando a meta dos 35% e atingir o nível de reciclagem mínimo de 50%.



Infelizmente, os números atuais e que as entidades auditadas no decurso dos trabalhos da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal disponibilizam mostram-nos uma realidade bem distinta que nos levam a temer pela impossibilidade real de Portugal conseguir cumprir este desígnio.

Durante demasiados anos, Portugal cruzou os braços e pouco contribuiu quanto a possíveis soluções para a gestão dos resíduos. Como sempre, só perante as pressões externas da União Europeia é que o Governo e os municípios se empelem finalmente a agir. É uma mentalidade lamentável da qual estamos agora a pagar a pesada fatura, pior ainda, parece ser a crença de que este grande esforço deverá, por um lado, ser feito única e exclusivamente à conta dos munícipes e, por outro, apenas com recurso ao financiamento europeu.

A luta pela defesa do ambiente traduz-se na necessidade básica e fundamental de protegermos a nossa casa comum. Lutar pela defesa do Ambiente é em tudo análogo à defesa da nossa saúde, é um direito humano e deverá ser uma luta de todos, nunca assente apenas numa lógica de lucro privado. Estamos muito longe deste desígnio, sendo que a realidade atual nos mostra que se assiste a um aumento da produção de resíduos urbanos.

Vivemos numa sociedade inerentemente consumista, baseada erroneamente na ideia de que os recursos são abundantes e facilmente descartáveis. Nada poderia estar mais longe da verdade. Precisamos, ainda, enquanto coletivo municipal, de apostar na consciencialização e sensibilização dos munícipes para a necessidade de fazer mais e melhor quanto à gestão de resíduos. É essencial promover campanhas nas escolas, empresas e junto dos munícipes individuais para a promoção e sensibilização da reciclagem, mostrando claramente os efeitos nefastos da sua não execução. Tornou-se claro, aliás, da audição efetuada que a AMARSUL tem falhado neste objetivo.

Em março de 2020 foi adotado o Plano de Ação para a Economia Circular pela União Europeia, constituindo esta transição da Europa para uma economia circular, um dos principais pilares do Pacto Ecológico Europeu, pois assim será possível reduzir a pressão sobre os recursos naturais, evitar a perda de biodiversidade e caminhar para alcançar o objetivo da neutralidade carbónica em 2030.

Importa fazer a transição de um modelo linear para um modelo de base circular que favoreça a redução, a reparação e promova a reutilização de materiais e produtos.

Ao reduzirmos o consumo e aumentarmos o valor e o tempo de vida dos bens que consumimos, estamos a diminuir a produção de resíduos e a favorecer novas formas de economia mais competitivas, resilientes e de base local.

A economia circular acompanha todo o ciclo de vida de cada categoria de produto e inicia-se no desenho dos produtos e das próprias embalagens, incentiva a consumos sustentáveis e conscientes, previne a produção de resíduos e promove o prolongamento da vida útil dos recursos, pondo fim ao curso da obsolescência programada.

Os apoios à economia circular devem privilegiar projetos que contribuam para o desenvolvimento de modelos de negócios circulares, como as simbioses industriais em que se privilegia a reutilização de resíduos de umas indústrias para outras, bem como incentivar negócios que promovam o arranjo de equipamentos, não esquecendo, também, o combate ao desperdício alimentar.

Esta nova perspetiva de olhar para os resíduos como um recurso a potenciar, permitirá uma redução da sua produção e uma redução do custo das matérias-primas, incrementando-se os recursos das empresas para maiores investimentos e crescimento económico, favorecendo também a soberania alimentar.

Por outro lado, é essencial incentivar a reutilização dos produtos e equipamentos ao invés de continuarmos focados no seu destino final, que será inevitavelmente ou um aterro sanitário ou uma incineradora, que vão emitir por sua vez mais gases com efeito de estufa.

Por fim, afigura-se como fundamental apostar em sistemas “Pay As You Throw” na recolha de resíduos urbanos que implicam uma atuação ativa dos cidadãos sobre a sua produção e o correto encaminhamento dos resíduos e que tem constituído a nível internacional um sistema de referência para a redução da produção de resíduos e para o aumento da taxa de reciclagem.

Apoiamos, também, a adoção da separação da tarifa de resíduos, do consumo da água, considerando essencial que os munícipes consigam distinguir as diferentes taxas e custos. A questão do consumo de água e do saneamento é totalmente diferente da gestão de resíduos e é absolutamente fundamental que seja feita essa consciencialização junto dos munícipes.

Vítor Rosa (BE) – Em primeiro lugar, um destaque ao trabalho feito pela Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal que em 12 dias úteis conseguiu fazer cinco reuniões para tentar dar o máximo de informação a esta Assembleia, reunindo com três das quatro entidades estipuladas para serem ouvidas relativamente a esta matéria.

Vivemos num mundo em que as grandes organizações, movimentos ecologistas e comunidade científica reconhece a importância de uma melhor gestão dos consumos per capita e dos resíduos associados a esse consumo.

Dizer de forma simples, não há planeta B com o atual consumo desenfreado dos recursos existentes. É inevitável, por isso, falar-se da pegada ecológica que vamos deixando no nosso dia a dia e deixar uma nota sobre o Dia da Sobrecarga da Terra que representa o dia em que a humanidade esgota os recursos naturais que o planeta é capaz de renovar ao longo de um ano. Em 2023, o Dia da Sobrecarga de Portugal deu-se a 7 de maio, exatamente no mesmo dia de 2022.

Um dos principais causadores da nossa pegada ecológica passa pela redução dos resíduos urbanos que produzimos todos os dias, bem como a incapacidade de serem tomadas medidas efetivas que levem à sua mitigação e conseqüentemente a um planeta mais sustentável.

Temos de saber responder à degradação ambiental causada pelos aterros e outras formas de tratamento de resíduos, como a incineração e a inceneração. Temos de trabalhar, mais e melhor, nesta área dos resíduos, em particular, aumentando a recolha seletiva e o tratamento de bio resíduos.

Os caminhos e as soluções que nos trouxeram hoje até aqui revelaram-se, nalguns casos, insuficientes, noutros erradas opções políticas que não contribuíram para a sua resolução, cativando mais verbas em orçamentos municipais no apoio aos seus municípios para não agravar a fatura da água, ao mesmo tempo que meteram nos bolsos de privados o dinheiro dos contribuintes numa visão meramente mercantilista da gestão dos resíduos. Assim foi em 2014 no Governo PSD/CDS com a privatização da EGF e a sua entrega à Mota Engil, assim foi nos anos seguintes pela batuta do PS, até hoje, recusando propostas dos partidos à sua esquerda para o retorno à esfera pública da EGF cuja orientação é claramente para o lucro que se reflete nos vários sistemas de gestão de resíduos urbanos que a EGF dirige.

Um Governo que se limita a receber orientações da União Europeia para o cumprimento de metas, mas que na sua ação governativa vai acumulando fracassos e que é ameaçado pela União Europeia de incumprimentos e eventuais pesadas multas, é um Governo que tem fracassado na política de medidas ambientais, neste caso embate nos resíduos urbanos. Exemplo desta posição do Governo é a recomendação do PS que nada de novo traz de concreto ao nosso concelho, limitando-se a invocar o regime geral de gestão de resíduos, não sendo capaz de criticar a incapacidade do Governo para a sua efetiva aplicação, transpondo o ónus para as autarquias e entidades gestoras do tratamento de resíduos e acenando com os fundos comunitários no final do seu documento e mesmo isso dependendo da capacidade de influência e pressão dos municípios não da iniciativa do Governo.

Já agora seria importante saber a posição do Partido Socialista sobre a Sociedade Ponto Verde e outras entidades iguais, cujo aumento de contribuições para as entidades gestoras de resíduos estão congeladas desde 2016 e que o Governo nada faz para alterar esta situação.

Segundo o relatório da Comissão ao Parlamento Europeu que identifica os Estados-membros em que o cumprimento da meta de preparação para a reutilização e reciclagem de resíduos urbanos para 2025, da meta de reciclagem de resíduos e embalagens para 2025 e da deposição em aterro para 2035, Portugal está entre os Estados em risco de não cumprir a meta de reciclagem de resíduos urbanos.

Com base na avaliação realizada pela Agência Europeia do Ambiente e numa análise aprofundada do desempenho dos Estados-membros, em termos de reciclagem e de políticas em matéria de resíduos, 18 Estados-membros foram considerados como estando em risco de não cumprirem a meta de 55% de preparação para a reutilização e reciclagem de resíduos urbanos até 2025, entre os quais está Portugal que falha no plástico, no vidro, no alumínio e matérias ferrosas.

Em 2020 os europeus produziram em média 521 quilos de resíduos urbanos por pessoa, dos quais 49% foram preparados para reutilização ou reciclados, enquanto cerca de 23% foram depositados em aterros, segundo o Eurostat.

A quantia de resíduos tem vindo a aumentar lentamente nos últimos anos, a existência da taxa de gestão de resíduos tem como finalidade a alteração das técnicas de atuação, penalizando o envio de resíduos para os aterros associados aos depósitos de resíduos em aterro. Contudo, a prática e os resultados que existem não têm correspondido a uma alteração significativa, continuando a ter um peso significativo no valor do seu depósito em aterro e, como consequência, a sua subida de valor repercutido na fatura dos munícipes e dos orçamentos municipais.

A taxa média de deposição em aterro de resíduos urbanos na União Europeia ainda se situava em 23% em 2020, no entanto, continua a existir disparidades significativas na União Europeia em 2020 onde oito Estados-membros ainda depositaram em aterros mais de 50% dos resíduos urbanos, tendo três desses comunicado taxas superiores a 70%. Treze Estados-membros estão ainda longe de alcançar a meta de 10%, no máximo, de deposição de resíduos urbanos em aterro até 2035. Mais uma vez Portugal está nesta lista.

Para aqueles que nos falam que a gestão eficaz dos resíduos sólidos urbanos, crucial para a qualidade de vida da cidade, requer uma abordagem baseada na liberdade de mercado e na responsabilidade individual sem analisar todo o contexto em que esta gestão é feita, apenas numa perspetiva de lucro sem olhar às consequências ambientais e de qualidade de vida, a forma mais simples passa, como pede a IL, apenas pela substituição da TGR pelo sistema PAYT, sem apontar outras soluções.

É no apontar de outras soluções que temos que questionar o papel do nosso município para a mitigação deste problema, porque o Município de Setúbal, e muitos outros, têm mesmo de trabalhar mais e melhor nesta área dos resíduos, em particular aumentando a recolha seletiva e o tratamento de bio resíduos, sendo importante trabalhar para o cumprimento das metas e mais importante é responder à degradação ambiental causada pelos aterros e outras formas ultrapassadas de tratamento de resíduos.

Só em 2022, o município desenvolveu projetos-piloto na recolha seletiva de resíduos com resultados, conforme anunciados pelo senhor vereador Carlos Rabaçal à Comissão de Ambiente, nada animadores. As respostas indicadas pelo senhor vereador na reunião com a Comissão, bem como as expressas pelo Sr. Presidente no ofício enviado a solicitar a esta AM uma sessão extraordinária sobre um aumento de 39% das tarifas de gestão de resíduos, remetem para algumas soluções. Apontam a via judicial, referindo o exemplo do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria que aceitou a providência cautelar apresentado pelos seis municípios da região em que atua a VALORLIS, encontrando-se suspenso o aumento das tarifas referentes à valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos. Apontam, também, que a TGR deveria desaparecer, porque aumentou 225% e apontam para a intervenção do Governo, que só o Governo pode mexer no algoritmo e impedir que isto funcione assim acabando com a TGR.

O movimento nacional para ver se consegue abrir uma janela para resolver este assunto ou ainda, esta a título de conselho, a manutenção do equilíbrio das contas do município face ao aumento de encargos decorrentes destes aumentos. Estando de acordo com algumas delas, nomeadamente uma posição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses sobre esta matéria e a reversão para a esfera pública da EGF, entendemos que mais tem de ser feito por parte do município.

A aposta em relação à recolha seletiva tem que estar na ordem do dia, a aposta num debate que não se fique por esta assembleia extraordinária que visa, acima de tudo, criar o conforto político para uma tomada de decisão, a aposta de que não devem ser os munícipes a assumir na sua fatura mais um pesado encargo financeiro, face às atuais condições de vulnerabilidade que muitos munícipes atravessam, fruto de baixos salários, de aumento de renda derivado às taxas de juro que não param de crescer, ou o acesso a um preço justo da água que continua associado a taxas que encarecem de forma significativa a sua fatura mensal.

Entendemos que este debate deve continuar considerando que a preparação do PAYT e do PERSU por parte dos Serviços Municipalizados e da Câmara tem prazo de apresentação até novembro deste ano, que até 2026 a dissociação do valor da água e dos resíduos na fatura está a ser preparado.

Deixamos como propostas a esta Assembleia que seja indicado pelo executivo e Serviços Municipalizados interlocutores que, em conjunto com a Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal, estudem propostas de inclusão no plano de ação da Câmara para o PERSU. Segunda proposta, que o executivo manifeste junto à AMRS é a ANMP a exigência junto do Governo de mais verbas da TGR aos municípios numa variante de 35% durante este ano, de 40% em 2024, 45% em 2025 e 50% a partir de 2026 para a realização de investimento na melhoria da gestão de resíduos dirigidos à inversão da tendência de aumento de resíduos para eliminação em aterro.

Por último, sendo obrigatório o aumento da TGR no valor referenciado pelos serviços municipais de 39% para o ano 2023, o valor a ser repercutido na fatura da água seja apenas o valor da atual taxa de inflação prevista e que o restante seja assumido pela Câmara Municipal de Setúbal.

Luis Maurício (CH) – Quero, também, agradecer a todos os que estiveram na Comissão do Ambiente, em especial à nossa Presidente Isabel Conde e à Maria João pelo seu excelente trabalho, sem elas ia ser diferente, sem elas não era a mesma coisa.

Também dizer ao Sr. Presidente que, num prazo tão curto, esta comissão conseguiu fazer um excelente trabalho, a disponibilidade de todas as forças políticas é sempre algo bonito, porque é sempre uma causa comum de um problema e só com todas as forças juntas é que conseguimos combater os problemas. Estamos todos de parabéns pelo excelente trabalho, foram muitas reuniões em tão poucos dias, foi um relatório feito muito em cima da hora e conseguimos apresentá-lo, fizemos o nosso melhor e sexta-feira ainda vamos ter mais uma reunião, por isso, mais uma vez, um obrigado a todos os que estiveram na comissão e que continuará a fazer um bom trabalho, porque os setubalenses e azeitonenses merecem.

O sistema de gestão dos resíduos sólidos urbanos no Município de Setúbal e no próprio distrito é um assunto que tem sido debatido com maior transparência, rigor e saber, uma vez que estes mesmos resíduos são nefastamente influenciadores do ambiente exigindo uma gestão e um tratamento criterioso, cabal e inequívoco. Recolher os resíduos sólidos urbanos é uma tarefa de supra importância regional e nacional, as políticas ambientais expressas pelas diretivas comunitárias de aplicação direta no nosso ordenamento jurídico, são para se implementar e cumprir.

Os resíduos sólidos urbanos exigem recolhas seletivas com a finalidade de serem reciclados e assim permitirem fazer novas embalagens e subprodutos, sendo uma fonte de receita extra para o Estado, esta política permitirá um melhor e substancial ambiente para todos os setubalenses e cidadãos de Portugal. No entanto, existe sempre “um mas”, “um mas” nesta questão crucial para todos. Como se implementam estas medidas de um dia para o outro? É difícil, existe um forte empenho de todos, uma sensibilização da população, formação cívica e profissional e um investimento nesta área de atuação tão essencial para todos.

O Estado português tem a obrigação de apoiar todas as iniciativas ambientais dotando-as de meios e de recursos humanos e capaz de fazer a diferença neste tão importante assunto. As autarquias locais, por sua vez, devem dotar os serviços de melhores condições para que o trabalho seja, de facto, bem realizado e capaz de transformar lixo em receitas extras.

Numa primeira abordagem para o Estado, diga-se, para todos nós como cidadãos deste Estado de direito e democrático, o que temos observado é o aumentar dos prazos finais para atingir um objetivo verde, os poderes económicos subjagam aos interesses ambientais, assim, como as vontades dos cidadãos em terem um país mais verde, mais limpo e mais amigo do ambiente.

Cabe ao Estado contribuir enormemente para que o país tenha, de facto, uma política ambiental capaz e cabal, o que não pode acontecer é carregar as famílias portuguesas com mais impostos, porque já fizeram, permitam-me a expressão, “das tripas coração”, o que quer dizer que dos seus parques salários sai os impostos estranguladores que colocam em causa a sobrevivência destas mesmas famílias portuguesas.

Aumentarem impostos e taxas não é solução para o assunto, aumentar em 146% os impostos e as taxas ambientais é colocar em risco os cidadãos portugueses. É preciso que o Estado participe nestas enormes despesas, que crie mecanismos e gerem riqueza para os municípios.

Os resíduos sólidos urbanos são produzidos pelos cidadãos de cada município, devendo o produto resultante dessa reciclagem ser entregue na íntegra ou mesmo como forma de permitir um retorno indireto às famílias. Não é esse o entendimento, não é esse o objetivo do Estado e dos governantes, o entendimento e o objetivo é descapitalizar os municípios, os cidadãos como forma de os castigar pela produção de resíduos sólidos, diga-se, já pagos pelas empresas logo à saída das fábricas pelo contribuinte quando o pagamento das taxas ambientais, seja lá isso o que se entender pela mesma e pelo consumidor final, que após o uso do que consome simplesmente descarta o recipiente que coloca para reciclar para ser tratado pelas empresas geridas de forma milionária com gestores pagos a peso de ouro.

As receitas destas empresas são milionárias e os seus lucros são enviados erradamente para o Estado, devendo ser entregues na íntegra ao município gerador de tais resíduos.

Permita-me, Vossa Excelência, terminar dizendo que os munícipes querem mais ambiente, mais ecologia, mais sensibilização ambiental, mais espaços verdes, mais praias de Bandeira Azul, mas também e, sobretudo, querem que os seus dinheiros que saem dos seus salários sejam bem empregues e que das suas contribuições haja o devido e necessário retorno.

Os munícipes querem que as autarquias defendam a ideia de que os dinheiros pagos a título de impostos e taxas ambientais sejam entregues na íntegra ao município que gerou estes resíduos sólidos, pelo que o Sr. Presidente terá necessariamente de trabalhar estas ideias e pô-las em prática.

Rui Lamim (PSD) – Estamos aqui hoje, porque o custo dos resíduos urbanos aumentou e muito. Os setubalenses pagam a recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos de duas formas, na fatura dos Serviços Municipalizados de Setúbal, isto é, via o consumo de água ou pelo orçamento do município, ou seja, pelos impostos que todos nós pagamos. Quanto? Segundo a informação que nos foi passada do município, o aumento da tarifa de 39% equivale a mais 1 milhão e 150 mil euros.

Para ficar claro temos de perceber o que está em causa e quem são os intervenientes. Os setubalenses, todos nós que produzimos resíduos, a Câmara Municipal e os seus Serviços Municipalizados com o primeiro serviço de recolha de resíduos que os entrega obrigatoriamente à AMARSUL, empresa que os processa subsequentemente.

Não existe, pois, aqui um mercado livre, existe um ambiente fortemente regulado pelo que se identificam mais dois intervenientes, o Estado Central e quem o governa e o regulador, que é a ERSAR, uma entidade independente que tem como função regular esta atividade monopolista. São, portanto, estes os cinco intervenientes que há nesta cadeia.

E esta alteração de custo surge porquê? O que é que mudou? O que é que fez com que a fatura aumentasse 1 milhão 150 mil euros? O Governo decidiu criar novos fluxos de recolha, expandir o sistema, verificar a eficiência do próprio sistema, tentar resolver os problemas de regulação e de contratos desta forma e nós fazemos notar que existem outros fluxos de recolha e tratamento de resíduos com material elétrico e eletrónico, os medicamentos que não fazem parte deste nosso tema de hoje e quanto nós pagamos por isto? O plástico e o papel nas empresas, quanto é que nós pagamos por isto?

Mas voltemos aos resíduos sólidos urbanos, o Governo altera as metas e as condições, em segundo lugar, a AMARSUL, com o ambiente contratual fechado, propõe um preço de serviço superior;

Terceiro, o regulador fiscaliza e valida esse preço;

Quarto, a Câmara cobra um novo preço na fatura dos Serviços Municipalizados ou paga do seu orçamento, deixando de fazer outras coisas e os setubalenses os que consomem água vão pagar mais, direta ou indiretamente.

Estamos aqui hoje, porque os setubalenses podem ver a sua fatura dos Serviços Municipalizados aumentar, quando lhes foi prometido que iria baixar com o resgate da concessão das Águas do Sado. Assim, com este contexto, nós pedimos ao PS que explique porque é que o Governo está, neste momento, com o aumento do custo de vida, com a inflação elevada a pedir indiretamente mais dinheiro às pessoas? Direta ou indiretamente a pedir mais dinheiro às pessoas.

Pedimos à CDU que explique aos setubalenses que, afinal, a fatura vai ou não vai subir e quais são os gastos municipais que vai deixar de fazer por ter défice crónico agora crescente na recolha, tratamento e transporte dos resíduos.

Apenas uma nota final, relativamente à privatização da EGF que ocorreu em 2014, nessa altura, nessa privatização os municípios podiam ter ficado com a totalidade daquilo que foi privatizado, ficava dentro da esfera municipal e há uns quantos municípios que quiseram e outros não quiseram, mas, desde essa data o Governo PS e os governos suportados pelo PS, pelo Bloco de Esquerda e pela CDU mantiveram a situação. Agora, o problema é ser privado e dar lucro. Não, não é.

Nós, como não temos preconceitos ideológicos deste tipo, dizemos que o serviço pode ser realizado por empresas privadas ou empresas públicas, o que é importante e o que é desejável é que o serviço seja prestado com qualidade e ao melhor preço.

Esperamos, então, que nos expliquem porque é que nos estão a pedir mais dinheiro.

Óscar Santos (PS) – A crise climática é uma preocupação global que se refere às mudanças significativas e negativas no clima da Terra causadas principalmente pelas atividades humanas, essas mudanças têm impactos profundos no meio ambiente, na biodiversidade, nas comunidades humanas e na economia. Os principais problemas, relacionados com a crise climática, inclui o aumento das temperaturas médias globais, o derretimento das calotas polares, a subida do nível do mar, a ocorrência de eventos climáticos extremos como tempestades mais intensas, secas prolongadas e ondas de calor como aquelas que temos vivido no nosso país. A comunidade científica internacional tem destacado repetidamente a urgência de tomar medidas para combater a crise climática e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, por outro lado, a sociedade civil, cada vez mais desperta para o problema e tem pressionado os governos a adotar medidas que vão no sentido de mitigar o impacto da atividade humana no meio ambiente.

A crise climática é um desafio complexo que exige esforços coordenados a nível global nacional e local, a ação climática é fundamental para garantir um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras preservando o planeta e as suas diversas formas de vida.

A 28 de novembro de 2019, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução que declara uma emergência climática e ambiental. A resolução foi inovadora e foi adotada para enfatizar a urgência de ações concretas para enfrentar a crise climática e proteger o meio ambiente. Com esta declaração, o Parlamento Europeu reconhece a gravidade da situação e instou a Comissão Europeia e os Estados-membros a tomarem medidas decisivas para combater as mudanças climáticas e proteger a biodiversidade.

A resolução, também, destacou a importância de alcançar a neutralidade de carbono até 2050 e aumentar as metas de redução de emissões para 2030 em linha com os objetivos do acordo Paris. Neste sentido a União Europeia possui hoje uma política abrangente para resíduos urbanos e estabeleceu metas de reciclagem para os seus Estados-membros, o objetivo principal desta política é promover uma gestão sustentável dos resíduos, minimizando o impacto no meio ambiente e na saúde pública.

A política de resíduos da União Europeia baseia-se numa série de diretrizes e regulamentos que visam promover a redução, a reciclagem e a reutilização de resíduos urbanos, além de incentivar a adoção de práticas de tratamento adequadas, nomeadamente através da prevenção da produção excessiva de resíduos, a minimização da geração de resíduos e a promoção da economia circular.

As metas de reciclagem da União Europeia são estabelecidas com base em percentagens de reciclagem de resíduos urbanos. A mais recente legislação estabelece, entre outras, as seguintes metas para 2035: 65% de reciclagem de resíduos municipais, incluindo materiais como papel, vidro, plástico, metal e resíduos orgânicos; 70% de preparação para reutilização e reciclagem de embalagens para embalagens de plástico, papel, papelão, metal, vidro e madeira; e 55% de reciclagem de resíduos de embalagens de plástico visando aumentar a reciclagem específica de plásticos.

Estas metas visam impulsionar a transição para uma economia mais circular, reduzindo a dependência de aterros sanitários e incineração, promovendo a recuperação de recursos valiosos e minimizando a emissão de gases de efeito estufa associados à gestão inadequada de resíduos. Neste sentido a crescente exigência das metas ambientais com que o país está comprometido, no âmbito da União Europeia, tem vindo a determinar a evolução do serviço de gestão de resíduos urbanos de um modelo centrado na deposição em aterro para um outro modelo focado em soluções de recuperação de materiais e aproveitamento de resíduos.

A exigência da recolha e tratamento seletivo do bio resíduos surge, neste quadro das políticas europeias, com o objetivo de reduzir a deposição em aterro e promover a circularidade da economia, aumentando e melhorando a produção de materiais e energia a partir dos resíduos.

O Regime Geral de Gestão de Resíduos, o RGGR, estabelece no número 2 do artigo 36, a obrigação de os municípios, de acordo com as respetivas competências, operacionalizar em a recolha seletiva de bio resíduos até 31 de dezembro de 2023.

Nos termos do mesmo diploma, as entidades responsáveis pelos sistemas de gestão de resíduos urbanos devem adotar as medidas necessárias para possibilitar a separação e reciclagem na origem do bio resíduos, através de compostagem doméstica ou comunitária e outras soluções locais de reciclagem ou a sua recolha seletiva e posterior transporte para instalações de reciclagem, evitando a sua mistura de tratamento com outros resíduos, em particular com fração orgânica dos resíduos indiferenciados.

No que diz respeito às tarifas, ao abrigo do número 6 do artigo 36 do RGGR, os gastos e os proveitos da recolha seletiva devem ser integrados no cálculo das tarifas a aplicar aos cidadãos e aos produtores de resíduos urbanos. O RGGR estabelece, ainda no artigo 107, que as tarifas de resíduos urbanos devem incentivar a separação dos resíduos na origem e o incremento dos resíduos recolhidos seletivamente e que até 30 de junho de 2026, estas tarifas devem deixar de ser indexadas ao consumo de água, passando a ser aplicadas sobre a quantidade de resíduos recolhidos, medida em unidades de peso ou estimadas pelo volume de contentorização.

Para além da precaridade estabelecida no RGGR, para a recolha seletiva de bio resíduos até 31 de dezembro de 23, as metas ambientais nacionais perspetivadas para 25, 30 e 35 reforçam a relevância de uma rápida implementação na recolha seletiva de bio resíduos.

A operacionalização das redes de recolha seletiva de bio resíduos dentro do prazo estabelecido, pressupõe a criação de estímulos à separação de bio resíduos na origem, evitando a sua mistura com outros resíduos, em particular com a fração orgânica. Perante este enquadramento, entende-se que a adoção de uma estratégia concertada que, por um lado, viabiliza a rápida implementação da recolha seletiva de bio resíduos e por outro incentiva uma crescente adesão dos cidadãos à separação dos resíduos, o que constitui um aspeto fundamental para o sucesso nacional no cumprimento daqueles objetivos.

O atual modelo de tarifa indexada ao consumo da água, não permite a implementação deste incentivo por via tarifária, por não se basear na medição, tanto dos resíduos recolhidos de forma indiferenciada, como daqueles recolhidos seletivamente, o que permitiria a diferenciação tarifária. Ainda que o RGGR determine que a adoção de sistemas de faturação e cobrança em função da produção e separação de resíduos só será obrigatória em 2026, urge criar incentivos à adesão e à recolha seletiva de bio resíduos, podendo o município antecipar a sua implementação de forma a garantir mais rapidamente o cumprimento das metas nacionais para o setor dos resíduos urbanos.

É neste contexto que vimos por este meio recomendar três pontos que consideramos fundamentais para que o modelo de recolha de resíduos urbanos seja mais eficiente: recomendar ao executivo que promova a adoção de um sistema eficiente de recolha de bio resíduos, nomeadamente, através da disponibilização de contentores para bio resíduos em todas as freguesias do município, da adoção de um sistema de recolha porta-a-porta frequentes e com higienização de contentores, do incentivo à compostagem em casa, nomeadamente nas áreas rurais, da produção de campanhas de sensibilização, mas sensibilizações a sério para a separação de resíduos.

Recomendar ao executivo, ainda, que procure soluções para que, de acordo com a RGGR, em 2026 entre em vigor no nosso município um sistema de PAYT “Pay As You Throw” não indexado ao consumo de água. E por último, solicitar ao Governo que apoie os municípios através de fundos comunitários com vista ao cumprimento das metas ambientais estabelecidas no âmbito da União Europeia.

Simão Calixto (CDU) – Após a revolução de Abril, o poder local democrático na região de Setúbal desenvolveu um conjunto de soluções que progressivamente foram possibilitando um tratamento cada vez mais adequado dos resíduos sólidos urbanos, destacando-se, naturalmente, a constituição de soluções supramunicipais, como foi na altura o caso da LIMARSUL, detido exclusivamente por municípios, e posteriormente a criação da AMARSUL uma parceria entre os municípios, que detinham na altura 49%, e o Estado através da Empresa Geral de Fomento, a EGF, que detinham 51%. Na altura sob o pretexto de garantia de acesso a fundos comunitários para fazer face às metas, cada vez mais exigentes em matéria ambiental e às correspondentes necessidades de investimento.

A AMARSUL foi criada em 1997, tendo o Município de Setúbal aderido a este sistema multimunicipal em 2003, num contexto em que os órgãos autárquicos deliberaram integrar uma solução de gestão pública comum a toda a Península de Setúbal. Ao arrepio destes pressupostos, que levaram os municípios a integrar a AMARSUL, em 2013, o Governo decidiu privatizar a EGF e com a alteração da estrutura acionista ocorrido em 2015, a EGF passou a ser detida pelo grupo Mota Engil, o que significa que a maioria do capital social da AMARSUL, 51%, passou a ser detido por uma entidade privada.

Ainda em 2015, no âmbito de uma nova fase da vida política nacional decorrente das eleições legislativas, o PS em declaração conjunta com o Partido Ecologista Os Verdes compromete-se a reverter a privatização da EGF sem que se tenha conhecido qualquer iniciativa por parte do PS visando a concretização deste objetivo.

Assim observamos dois momentos distintos na vida da empresa, um primeiro onde os objetivos sociais e ambientais eram o foco de toda a gestão, obtendo resultados positivos que eram depois reinvestidos na empresa e um segundo momento onde a rentabilidade passou a ser o objetivo e o único elemento determinante na gestão, passando a haver prejuízos recorrentes. Aliás, é significativo salientar que, apesar da oposição dos acionistas municipais, a EGF privatizada tenha logo no primeiro momento, em que tal foi possível, decidido a distribuição de dividendos da empresa num valor superior a 6 milhões de euros.

Em matéria de sustentabilidade financeira do sistema, a AMARSUL não apresenta outra solução para além dos aumentos tarifários, carregando sobre os municípios e respetivos munícipes sem que a venda de energia ou a valorização de resíduos constituam receitas que contribuam para a sustentabilidade do sistema. Só deste modo é que é possível compreender-se a evolução tarifária dos últimos anos.

Depois de um período entre 2014 e 2018, em que o preço por tonelada variou entre 24,67 euros e 20,08 euros, em 2019, o preço praticado por tonelada de resíduos tratados na AMARSUL fixou-se em 20,48 euros, em 2020 aumentou-se 45% desta taxa o que resultou um preço por tonelada de 29,70 euros, aumentando de novo em 2021 mais 10% para 32,68 euros e em 2022 regista-se novo aumento, agora para 43,58 euros, ou seja, mais 33%. O preço a praticar no presente ano será de 60,58 euros por tonelada e já está homologado o seu aumento em mais 27,2% para 2024, o que representará um custo de 77,4 euros por tonelada.

Com esta proposta tarifária para 2023, estima-se que o custo a pagar a AMARSUL pelo Município de Setúbal seja superior a 4 milhões de euros. Também para o ano 2023, o município estima que o custo da recolha e transporte de resíduos urbanos para a AMARSUL, acrescido dos investimentos necessários para manter a operação municipal, atingirão um valor superior a 6 milhões de euros. Trata-se dos custos a suportar pelo município referentes à operação de recolha e transporte para aterro e da operação de tratamento, atingindo um valor global superior a 10 milhões de euros para o ano 2023, ficando de fora todos os custos do município referentes à limpeza do espaço público.

Ao longo dos últimos anos, o Município de Setúbal, por decisão própria e contrariando as orientações da ERSAR e os princípios legais do utilizador-pagador e do poluidor-pagador, tem suportado parte substancial da tarifa praticada pela AMARSUL, dando assim um apoio considerável aos munícipes do nosso concelho que não sendo visível nem tem sido contabilizado quando se discutem reduções de outras receitas do município. No entanto, com os aumentos sucessivos da tarifa definida pela AMARSUL e aprovada pela ERSAR torna-se financeiramente impossível continuar a não considerar que esta opção de reduzir os encargos dos munícipes desequilibra as contas municipais colocando em causa outros projetos de investimento e apoios.

Sobre a Taxa de Gestão de Resíduos, taxa que é cobrada pelos municípios, mas que é entregue na sua totalidade ao Estado Central, cujo valor consta do artigo 58 do Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), sendo que o valor que está a ser cobrado em 2023 é de 25 euros por tonelada entregue de resíduos e que em 2025 este valor será de 35 euros por tonelada entregue.

Tudo isto são frutos de alterações legislativas promovidas pelo Governo do PS nos últimos 3 a 4 anos e que importa destacar os seguintes aspetos: fez-se uma revisão ao Regime Geral de Gestão de Resíduos e ao Regime de Deposição em Aterro que introduz alterações no regime de fluxos específicos e alterações à avaliação de impacto ambiental destes projetos. Isto foi tudo feito rapidamente, porque será? É que no meio da pressa, ficou para trás o real objetivo que deveria nortear a política de resíduos, melhorar o serviço às populações, reduzir os resíduos e elevar os padrões ambientais e ficou para trás o respeito pela autonomia do poder local. Um diploma estruturante, como é o RGGR na área do ambiente, não pode ser tratado assim, quer pelo alcance do conteúdo que encerra, quer pela multiplicidade de regimes que altera, quer pela sua extensão.

Não obstante os alertas da impossibilidade de analisar convenientemente o decreto, o Governo olhou para trás e ignorou o pedido da Associação Nacional de Municípios para que este desse mais tempo à discussão pública. Avançou e avançou na lógica habitual, que foi transferir custos para as pessoas e taxar as populações. Não se fez balanço do regime em vigor e das alterações introduzidas nos últimos anos, optou-se pela receita de sempre, aumenta-se a taxa de gestão de resíduos, aumenta-se a fatura de todas e de cada família. Nenhum dos argumentos para justificar isto acolhe, é que quando introduziram a TGR defenderam que esta serviria para melhorar a gestão de resíduos, para estimular o cumprimento dos objetivos nacionais e melhorar o desempenho do setor. Mais de uma década depois não se conhece investimentos feitos nos sistemas por conta da receita da TGR, é que esta taxa tem servido unicamente para financiar o funcionamento de serviços da Administração Central.

Quanto à redução de resíduos e cumprimento dos objetivos, nem se precisa dizer muito, porque está à vista, é que a quantidade de resíduos produzidos manteve-se sensivelmente a mesma e quanto aos destinos dados aos resíduos continuamos com taxas de recolha seletiva e de reciclagem relativamente baixas, enquanto persistem valores de deposição em aterros esmagadores, ainda com uma redução ligeira nos últimos dois anos, mas que ainda assim em números da APA de 2021 continuam a 78% das taxas de recolha de resíduos indiferenciados e onde também em 2021, de todos os resíduos recolhidos seja, por recolha indiferenciada ou por recolha seletiva, 56% têm como destino final o aterro.

Portanto, fica assim provado que não é por uma pessoa passar a pagar mais na fatura que vai haver mais valorização, mais reciclagem, mais aproveitamento, porque para isso é preciso investimento nos sistemas de recolha e tratamento. As pessoas não controlam a produção, nem as opções de mercado e de embalagem ou ainda obsolescência programada. A obsolescência programada, vou dizer de forma mais simples, aquelas grandes empresas que produzem produtos que se estragam rapidamente para que depois os consumidores estejam sempre a comprar novos. Por isso, reprovam as propostas do PCP na Assembleia da República e continuam-se a desbaratar recursos. É este o erro génese das soluções que afunilam na responsabilização individual.

Não obstante todas estas dificuldades, o nosso município tem feito investimento e um esforço para a separação de resíduos, articulando recolha porta-a-porta com a AMARSUL nalgumas freguesias e investindo particularmente na recolha seletiva de bio resíduos. Com cerca de 3.500 toneladas entregues em 2022, Setúbal está em 2º lugar no número de toneladas entregues de resíduos por esta via na nossa região, ficando apenas atrás do Seixal, outro município CDU.

O nosso município, de acordo com a AMARSUL, recolhe separativamente mais de 500 toneladas de resíduos verdes que servem para valorização orgânica. Também com dados desta entidade, a AMARSUL, Setúbal é o terceiro município com menor capitação de produção de resíduos nos nove concelhos da nossa península. Estes dados, também, são demonstrativos dos esforços deste município em reduzir, seja, por um lado, a deposição de resíduos em aterro com a recolha de bio resíduos que irão para valorização, seja pela via de fomentar a separação dos vários materiais com campanhas de sensibilização e programas de recolha porta-a-porta já em funcionamento em vários locais do nosso concelho. Mas também é certo que este sistema de resíduos nacional não está a funcionar, pagam os cidadãos, pagam os municípios e os resíduos são mal geridos e não se procura novas formas de valorizar os resíduos que podem ser valorizados e não se desenvolvem as melhores tecnologias e/ou soluções.

Precisamos de recuperar para o controlo público a gestão em alta dos resíduos, precisamos de desenvolver estes sistemas, não na lógica de rentabilização, mas na lógica de serviço público indispensável a partir do qual se promovam as melhores práticas e as melhores soluções nesta problemática.

Precisamos que as empresas produtoras de produtos embalados ou outros produtos que produzem resíduos junto do consumidor contribuem, efetivamente, para a resolução deste problema e não carregando mais nos custos dos consumidores.

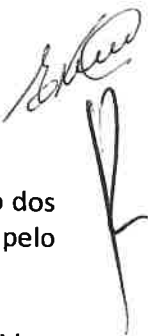
Precisamos de um novo paradigma em que não se produza para deitar fora e estas soluções têm de ser construídas com os cidadãos e com os municípios e não contra estes.

Presidente da Mesa – Creio que todas as propostas, uma a uma, de quem as apresentou foram seguidas, mais ou menos, a par e passo e foram todas apresentadas, agora o nosso dilema para a discussão é se passamos à votação ou se voltamos a uma ronda de intervenções.

Julgo que todos tiveram tempo para fazer a intervenção e sobrou, não sei se quererão fazer mais uma ronda de intervenções livre, se quiserem fazer, far-se-á, se não vamos, talvez, passar à votação das propostas que estão em cima da mesa.

Vítor Rosa (BE) – Tinha um esclarecimento para pedir em função da intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal e em contraponto à informação prestada pelo senhor vereador Carlos Rabaçal na comissão. Não sei o que é que a assembleia quer decidir, mas quando houver oportunidade gostava de colocar essa situação.

Presidente da Mesa – Coloque já senhor deputado.



Vítor Rosa (BE) – O Sr. Presidente falou que em 2022 a Câmara tinha tido um custo associado à questão dos resíduos de 4 milhões de euros e disse que estava previsto para 2023 6 milhões, mas os valores indicados pelo senhor vereador não eram bem estes, por isso, pedia esclarecimento relativamente a essa matéria.

Nuno Carvalho (PSD) – Das diferentes intervenções que aqui foram feitas por parte dos diferentes partidos, em primeiro lugar consideramos que é fundamental deixarmos algo que, ainda que seja factual, às vezes na discussão que estamos a ter e esta discussão tem muito mérito, porque estamos também a debater a forma como o sistema funciona, porque percebe-se que ele, de facto, tem muito para ser aperfeiçoado, mas parecem-nos muito importante sublinhar em que estado é que está o sistema agora. Isso significa o quê? Significa que, neste momento, independentemente do nível de repercussão que existe diretamente nos setubalenses e nos azeitonenses, a verdade é que estes já pagam este aumento e não queremos deixar de sublinhar isto para depois colocarmos algumas questões que consideramos que são muito importantes aqui para o debate.

Já pagam, porque é o orçamento da Câmara Municipal que o paga e daí a primeira questão, que é, se os partidos aqui presentes, incluindo o executivo, alguém conseguiu apurar ou perceber, porque da parte do PSD mantemos as dúvidas que tínhamos quando a proposta chegou à Câmara Municipal, de como é que se constrói, de como é que se chega da parte da AMARSUL a este aumento? Os fatores que contribuem para este aumento, se algum partido os considerou justificáveis? Se algum partido, o Partido Socialista, a CDU, a IL, o Bloco, se alguém considerou aceitável este aumento, porque se não temos de discutir o sistema ou então simultaneamente tomar uma posição, enquanto Assembleia Municipal, e dizer que achamos que não temos esclarecimentos sobre este aumento ou então que até percebemos os esclarecimentos dados e discordamos ou então percebemos e concordamos.

Este ponto é importante, porque, atualmente, já pagamos, por isso, a melhoria do sistema é muito importante e não quero desmerecer as propostas que aqui estão nesse aspeto, mas há uma tomada de posição política que temos de ter, ou aceitamos ou não o aumento em função da explicação que foi dada.

Quero sublinhar que, até devido ao curto tempo que havia para analisar toda a informação, independentemente daquilo que foi o grande mérito da Comissão, a verdade é que o PSD não conseguiu das explicações que foram dadas perceber com clareza, porque é que levamos com estes aumentos gigantescos. E não me venham falar daquilo que são as metas da União Europeia ou isto, aquilo ou aqueloutro, porque não há dia que não oiçamos falar que existe uma crise energética, outra coisa é uma imposição ambiental que ocorre de repente. Portanto, se alguém conseguir dizer isto, conseguimos ter um ponto de partida que é termos mesmo que aceitar este aumento e agora vamos ver como é que o trabalhamos. Ou então não percebemos como é que este aumento ocorre e esta posição política é aquela que os setubalenses e azeitonenses que já pagam este montante através do orçamento da Câmara Municipal e há escolas que se deixam de fazer, estradas que se deixam de fazer, há muito investimento que se deixa de fazer e é preciso saber se é justo escolher esta opção para esta opção ambiental ou então se esta opção ambiental que tem sempre que existir é exagerada e não tem que ser pago tanto.

O PSD, neste momento, não consegue compreender porque é que se chega a este montante, sabe que tem que haver um montante, mas porquê este? Não conseguimos ter um debate sério, se não houver esta explicação e apelamos aos partidos que, eventualmente, o queiram fazer, como é evidente, e ao Executivo que digam se concordam ou não com esta situação e só a partir daí é que poderemos assumir uma posição que pode dar algum equilíbrio no que diz respeito à forma como o pagamento ocorre. Se ele deve ou não ser percutido, de que forma é que deve ser percutido e tudo mais, caso contrário, vamos estar a discutir algo que não compreendemos e que nos é imposta.

Não é assim que as coisas funcionam e é esse pedido de esclarecimento que queríamos que fosse dado e inclusive um posicionamento da parte dos partidos, porque se terminamos esta Assembleia Municipal a dizer que o sistema tem de ser melhorado, senhoras e senhores deputados municipais, por muito que queiramos não vamos obter uma alteração do sistema nesta Assembleia Municipal. Podemos aprovar as moções que quisermos, mas daqui não sai nada vinculativo, não muda a lei, o que pode sair daqui é uma posição que reflete o posicionamento daquilo que os setubalenses e os azeitonenses querem, pelo menos, saber e depois de se saber é que se pode decidir se devemos aceitar ou não. Não é como se já não houvesse por esse país fora vários municípios que tomaram posições relativamente àquilo que lhes é aplicado e isto tem que ser claramente esclarecido.

Presidente da Câmara – Em primeiro lugar para esclarecer o senhor deputado Vítor Rosa, relativamente àquilo que eu disse e que está escrito. O que eu disse é que relativamente a 2023, com este aumento que é imposto, a Câmara Municipal na atual situação, sem haver decisão de aumento do tarifário, terá um custo estimado na ordem dos 4 milhões de euros e este valor passará para 6 milhões de euros considerando os custos da recolha e de transporte ao sistema. Foi o que eu disse e que está aqui escrito, não me referi a 2022, referi-me a 2023 e é esta a situação que está aqui em causa.

Naturalmente que, também, se pode dizer que o valor estimado com o pagamento desta tarifa, deste aumento que nos é imposto, com os custos da operação do transporte da recolha e do transporte à AMARSUL, com os investimentos que são necessários fazer todos os anos para manter o sistema a funcionar e também acrescido, porque não falamos aqui disto, ainda daquilo que são os custos que a Câmara Municipal tem associadas às questões da higiene e limpeza pública, estamos a falar de valores estimados superiores a 10 milhões de euros ao ano. É disto que estamos a falar e para se perceber bem a dimensão do que está aqui em causa.

Dizer que não tive tempo suficiente para ler com maior atenção aquilo que foi a entrevista que foi feita, creio que à senhora Administradora da AMARSUL, porque só tive acesso ao relatório hoje à tarde, mas passei uma vista de olhos e, naturalmente, que não pomos em causa, nem temos condições para pôr, neste momento, em causa os valores que são adiantados. O que pomos em causa é o funcionamento do sistema e as bases para o seu funcionamento. Quero dizer, até respondendo também a uma outra posição que foi aqui expressa, é que um sistema que promove a separação dos resíduos é um sistema que promove a valorização dos resíduos e um sistema que trabalha nesta base, naturalmente, que a valorização permite o rendimento e o sistema é valorizado nisso, não é, pelo facto de se fazer a separação que aumenta os custos, embora transpareça da posição da senhora Administradora.

É necessário olharmos para isto com visões diferentes sobre este processo. Também tenho esta convicção e nós temos esta convicção de que uma empresa privada, não temos nada contra as empresas privadas e temos as melhores relações com os investidores privados, agora nesta questão de gestão de bens que são essenciais à vida, como é o caso da água, ou que são fundamentais para a defesa e promoção da saúde pública, como é o caso dos resíduos, entendemos que a gestão privada destes bens e destes temas não condiz bem com o objetivo de uma empresa privada que tem como objetivo central o lucro e a fazer a distribuição dos rendimentos pelos acionistas. Esta é a nossa convicção e foi por isso, também, que o dissemos, que assumimos e cumprimos esse objetivo de passar a gestão privada das águas para a gestão pública.

Não me querendo alongar muito aqui, sabemos, por exemplo, que os franceses que têm opções próprias na sua vida política e que já várias vezes que tomaram decisões da privatização dos sistemas de água e outras vezes, ao longo destes anos todos, é conhecido que passado alguns anos, voltam a tomar a posição de voltar a água para a gestão pública, porque os resultados não são, de facto, aqueles que são do interesse público.

Só para dar aqui alguns exemplos, são convicções que nós temos perante estas questões que cada um terá posições diferenciadas, mas relativamente ao modelo que está aqui, por exemplo, dizer que temos dois aterros a funcionar, os quais estão praticamente em fim de vida, para encontrar outros aterros é necessário ter terrenos, é necessário criar infraestruturas e pergunto, onde é que estão as soluções futuras para os dois aterros que estão praticamente em fim de vida ou que estão a caminho disso?

São opções e são considerações que temos de ter em conta relativamente ao futuro, porque o que está aqui, também, em causa é a saúde pública, são as soluções que nós temos. Por outro lado, qual é o investimento que se tem feito, mesmo a nível central, numa perspetiva global como foi anunciado quando foi criada a empresa Ponto Verde, etc., etc. Onde é que estão as campanhas de sensibilização nacionais para a separação, para as questões ambientais, da defesa do ambiente para os perigos da saúde pública que representa todos estes temas com que nós nos confrontamos no dia a dia no tratamento de resíduos, desta forma ou daquela? Naturalmente que os planos estratégicos, o cumprir os objetivos europeus é tudo muito bonito, mas temos também de ter em conta que a sociedade francesa no que se trata, por exemplo, à questão dos resíduos não está ao mesmo nível e os franceses, no seu conjunto, não estão ao mesmo nível que estão os portugueses, para não falar de outros povos. Ter objetivos de reduzir, de separar, de valorizar, etc., é necessário que as políticas tenham consequências práticas e o que verificamos é que em Portugal essas consequências práticas têm poucos efeitos.

O que sabemos e o que verificamos é que muitos municípios têm avançado com medidas concretas e assumindo à sua conta e por sua responsabilidade e custos as medidas que vão no sentido geral e que estão definidas nos planos estratégicos, na ambição, nos valores até científicos para o problema dos resíduos e para o caminho que tem de ser estudado para encontrarmos soluções mais amigas do ambiente e modelos sustentáveis nestes domínios. Não é isso que temos visto em Portugal, em termos de política geral, e não é isto, em particular, que estamos a ver numa empresa que assumiu a responsabilidade da gestão dos resíduos em 2014. Qual foi o resultado das transformações que houve nestes 10 anos nesta política de resíduos e neste sistema? É uma pergunta que também deixo para que possamos, de facto, refletir sobre tudo isto.

É isso que está em causa, o resto já referi sobre o que é que consideramos ser fundamental para alargar este debate, embora tenhamos de fazer aquilo que nos diz respeito, que é a gestão do nosso território e, naturalmente, a defesa dos interesses dos nossos municípios e da saúde pública em geral. Como uma entidade pública temos essa responsabilidade, mas é de alargar o debate político, porque se trata de uma questão política, levá-lo aos outros municípios do sistema da AMARSUL, levá-los à Área Metropolitana, ao Conselho Metropolitano, levá-los aos partidos que estão na Assembleia da República no sentido de que haja decisões, avaliações, debates e decisões sobre esta matéria e envolver o Governo neste processo para que tenhamos um caminho que na prática possa ir de encontro àquilo que são os objetivos estratégicos que estão definidos. Isso sim, esse é o caminho que estamos disponíveis para fazer, mas, para isso, é necessário alterar estas políticas, é isto que está aqui em causa e cada um assumir a sua responsabilidade.

Pela parte do município, como referi, temos tomado a iniciativa de apresentar candidaturas a fundos comunitários, estamos a implementar o sistema de bio resíduos e estamos a caminho daquilo que são os objetivos estratégicos, naturalmente, com todas estas dificuldades, porque este peso financeiro sobre o orçamento municipal limita-nos bastante na forma de podermos avançar.

Senhor Presidente, pedia que o senhor vereador Carlos Rabaçal pudesse, também, apresentar aqui mais alguns dados contribuindo para este debate.

Vereador Carlos Rabaçal – Em primeiro lugar saudar o debate que está a decorrer pela importância e pelo empenho que todos os partidos tiveram para trazer aqui propostas, apreciações e análises da Comissão de Trabalho com quem tive o prazer de trabalhar, os quais fizeram um grande esforço e tiveram uma grande paciência para me ouvir durante quase uma hora.

De qualquer maneira, penso que, no conjunto das questões que foram colocados em termos de avaliação e apreciação, há uma grande convergência de opinião. Em relação às medidas de futuro há, também, uma grande convergência com uma outra dissonância, creio que há aqui uma certa unidade de preocupação e de reflexão que une todos à volta desta matéria e isso é muito importante e é um passo decisivo para o início de um debate que se vai iniciar hoje de uma forma mais acentuada e que se tem de prolongar no tempo, identificando os problemas, identificando os atores, identificando as respostas e quem tem que assumir as suas respetivas responsabilidades.

Quero dar aqui duas ou três notas, temos um sistema que custa, globalmente, 10 milhões e 650 mil euros, que tem uma operação dos Serviços Municipalizados que gasta 650 mil euros para fazer a recolha e o transporte e que tem um tratamento que custa, como disse o Sr. Presidente da Câmara, cerca de 4 milhões em 2023.

A receita do tarifário são 5 milhões e 779 mil, o que quer dizer que há um défice tarifário na operação dos Serviços Municipalizados de cerca de 800 mil euros. Os Serviços Municipalizados funcionam na base da tarifa, tem autonomia financeira e administrativa e sem tarifa não funcionam de todo, não funcionam como a câmara que tem outras fontes de receita, tem a tarifa da água e gere a água, tem a tarifa dos resíduos e gere os resíduos, portanto, há aqui uma questão tarifária que não depende da Assembleia, depende da Câmara e que tem que ser avaliada na altura certa.

Foram aqui colocadas questões de ganhos de eficiência, de alterações, de soluções e de novos caminhos, creio que já estamos a trilhar esses novos caminhos, aliás, a AMARSUL traduziu no seu relatório que Setúbal está numa situação bastante interessante e positiva em relação à resposta dos bio resíduos e das soluções separativas. Estamos nos bio resíduos muito adiantados em relação ao conjunto dos municípios da península, o problema é que estamos muito adiantados num quadro baixo no território nacional e num quadro global baixo, precisávamos de ir, também, nós próprios mais longe.

Quero referir aqui a eficiência, não é possível com ganhos de eficiência resolver um problema que se chama aumento tarifário da AMARSUL de 295% em 5 anos. Não há forma! A questão colocada pelo senhor deputado Nuno Carvalho é que este aumento resulta de um algoritmo que tem que ver com os proveitos permitidos, como é a figura que foi inventada, para garantir que em qualquer circunstância esta entidade resolva sempre os seus problemas financeiros na base do tarifário.

Neste momento, as metas nacionais, já falamos com a AMARSUL e eles dizem “OK! Vamos cumprir, vamos ter que investir. Como é que vamos pagar? Aumentamos a tarifa.”, mas dizem isso assim com toda a calma e devem ter dito também à Comissão. Os municípios têm de investir para garantir as metas do seu lado também, para alguns municípios. Os municípios pagam tudo aquilo que a AMARSUL faz e pagam tudo aquilo que têm que fazer para garantir os novos procedimentos, as novas metas, os novos objetivos. Creio que é muito difícil funcionar assim.

Já agora, não há nenhum complexo ideológico em relação a AMARSUL, há os dados objetivos da prática concreta da gestão e dos maus resultados e do mau contributo desta empresa para os resultados nacionais. Isso sim, isso é que interessa avaliar em profundidade. Esta empresa tem como suporte financeiro a tarifa e sim, vêm à tarifa permanentemente, mas tem como suporte financeiro a produção de energia e rejeita 72% da sua capacidade de produção de energia que não utiliza e também tem uma outra situação que é a dos valores de contrapartida que têm que ver com os produtos separados que são entregues à Ponto Verde e a outras empresas, cujo valor não é atualizado desde 2016. O que é que acontece? A Ponto Verde e outras empresas estão a ganhar mais do que deviam e aquilo que não ganha a AMARSUL vai à tarifa e pagam os municípios ou os municípios. É assim que isto funciona, não tem nenhuma racionalidade económica.

Tenho trabalhado com economistas sobre esta matéria e todos me dizem que isto não tem qualquer racionalidade económica, isto é um negócio construído em cima de um algoritmo que garante que os proveitos permitidos asseguram que a empresa está sempre equilibrada, faça ou não faça seja o que for. Portanto, a empresa está de cadeirão. Não estamos aqui a tratar de economia circular, estamos aqui a tratar de um regabofe de lucros circulares e isso tem de ser evidenciado. Este debate e outros debates e a discussão política tem que revelar isto para se perceber que isto não pode continuar.

Temos uma experiência muito rica desta matéria através das Águas do Sado, porque com a internalização das Águas do Sado, com a entrada dos Serviços Municipalizados fomos aos lucros dessa empresa e reduzimos a tarifa em 21%. Então devolvemos aos municípios os lucros dessa empresa, portanto esta empresa é multimunicipal, não é a mesma situação, implica envolvimento de terceiros, mas ela também tem esse *Gap* entre aquilo que são as necessidades da ação e aquilo que são as necessidades dos seus próprios lucros pagando os municípios sem qualquer necessidade, digo eu. Com a experiência que tínhamos e aqui foi dito que foram distribuídos os resultados de 6 milhões da empresa passado um ano e pouco de ser privatizada, mas foram 6 milhões produzidos pela AMARSUL pública que eram para ser reinvestidos e que foram distribuídos pelos respetivos acionistas.

Este esquema é um esquema completamente racional e creio que devemos, estou de acordo com quem disse isso, temos que aprofundá-lo para desmontá-lo e revelar quer a quem tem de decidir, quer aos nossos municípios que isto não tem racionalidade e é preciso criar um movimento que acabe com esta situação que está a oprimir os municípios e os municípios, mas outra vez os ganhos de eficiência não são compatíveis, por exemplo, com o aumento de 227% da TGR em 5 anos.

Isto é Governo puro e duro, aqui não há AMARSUL metida ao barulho, é o Governo que decide castigar os municípios, aliás, a TGR é uma taxa que é mesmo um imposto, não é taxa nenhuma, porque não nos presta nenhum serviço que nós vejamos, a taxa é algo que responde a um serviço que seja identificável, que tem um valor determinado e que tem uma retribuição determinada, isto é um imposto claro e este imposto é distribuído todo pelo Governo. O imposto que vai parar ao IGAMOT, à GNR, à PSP, à entidade licenciadora que é o Governo, aos municípios através do Fundo Ambiental, mas vai para o Fundo Ambiental e depois logo se vê o que é que vem para os municípios, se se portarem bem, se não, não levam nada, é exatamente assim que a questão é colocada e para a APA. É um imposto que tem que acabar, não faz sentido nenhum.

O que é que quer dizer em Setúbal este imposto? Quer dizer 1 milhão e 700 mil euros que o Governo está a meter ao bolso chamando-lhe taxa. Então que diga que é um imposto e que o assuma.

Não é possível qualquer racionalidade ou racionalização e eficiência dos serviços que vá combater esta brutalidade de aumentos, quer da TGR, quer da taxa da AMARSUL.

Temos aqui em cima da mesa a necessidade de equacionar as metas de uma forma adequada e equilibrada, as metas nacionais e as metas que são colocadas em cima da mesa visto que Portugal recuou, o relatório que aqui foi referido há pouco da Comissão Europeia, Portugal recuou em relação à separação, Portugal é um dos países de risco de incumprimento de todas as metas, é uma situação que está a revelar que ao fim dos últimos 20 anos o sistema faliu e é preciso revê-lo e reequacioná-lo. A TGR tem de desaparecer, os valores de contrapartida que são pagos pela Ponto Verde têm de ir para um valor adequado para que a AMARSUL não tenha que vir à tarifa buscar o dinheiro que não recebe da Ponto Verde, sendo que a Ponte Verde está a receber dinheiro que não deve e temos que encontrar soluções práticas.

Agora quero dizer aqui uma coisa que ninguém falou até agora, todos falamos do PAYT, estou inteiramente de acordo que se trabalhe para aí e já estamos a estudar esse assunto, aliás, nós vamos evoluir, tendo em conta o PERSU, até novembro temos que evoluir para o PAPERSU e no PAPERSU vamos ter que identificar não só o quadro em que estamos a trabalhar, mas também as perspetivas que aí vêm e essa é uma delas, vamos avançar por aí. Agora a questão que se coloca é, vamos discutir também esta matéria em câmara, em assembleia, em inquérito público? O PAPERSU é um documento estratégico que vai percorrer todo o território e todas as forças vão poder discutir com toda a franqueza o que é que isto é e em todos aspetos, mas há uma matéria que se chama a sustentabilidade das medidas, quem paga? O porta a porta é muito mais caro que a recolha que fazemos hoje. Os equipamentos são uma coisa brutal, mas depois coloca-se a questão, não só dos equipamentos, mas também a gestão do processo em período de transição. A gestão do processo de transição é uma questão cara, quem paga? Como é que se paga? É uma questão muito séria, não pode ser assim colocada sem mais, não é só definir metas e agora façam, é preciso saber como se pagam.

Toda a gente falou no PAYT, mas ninguém falou no RAYT (Receive-As-You-Throw) e no SAYT (Save-As-You-Throw), porquê? porque é sabido que nos países onde há maior êxito de resposta ambiental à volta dos resíduos, o PAYT está associado ao RAYT ou ao SAYT, porquê? Tínhamos no tempo da minha avó e no meu tempo, quando era mais novo, a garrafinha que comprávamos que tinha uma tara e devolvíamos a garrafinha na loja e recebíamos pela garrafinha, porque pagávamos a tara inicialmente ou então trocávamos por outra garrafinha com líquido, mas isso acabou. O lobby do vidro acabou com isso tudo, porque quer o vidro partido por ter vários usos, mas a garrafa inteira não quer.

Era uma solução muito simples de fazer chegar a quem consome o retorno do seu esforço de pegar na grade de cervejas, na garrafa e devolver ao sítio onde o comprou, qual é problema disto? É uma boa pergunta. Porque é que não se faz? É tão simples, é tão básico. Porque é que não se faz?

Recentemente, o senhor Nuno Lacasta, o Presidente da APA, anunciou que, eventualmente iriam fazer acordos com as superfícies comerciais para quem depositar cartão ou depositar plástico na superfície comercial ter um retorno em Vale de compras. Isso quer dizer que o valor do cartão, o valor do plástico, o valor do vidro é um valor de tal ordem que dá para o negócio, dá para a valorização, dá para a revenda e dá para beneficiar a pessoa que separa e que se dá ao trabalho de fazer essa separação.

Também nos orgânicos a mesma coisa, a pessoa que trata dos orgânicos pesando, identificando pode receber um bônus na tarifa, ora, isso implica investir em equipamentos próprios etc., agora, o sistema nem dá para começar a falar sobre isso, é a mesma coisa quando tínhamos as Águas do Sado, queríamos falar da estratégia da água para o concelho e não se conseguia sequer começar a falar.

O que é que temos com a AMARSUL? Não se consegue começar a falar. Ok, entra dinheiro, e a coisa está resolvida, não há mais discussão, tudo o que implique esforço próprio da empresa não há discussão, nem se admite sequer essa hipótese. Isso quer dizer que precisamos de rever integralmente o processo e precisamos de nos empenhar numa solução que seja sustentável, mas que faça com que cada pessoa sinta benefício naquilo que faz.

Tenho colegas meus que vivem na Bélgica, na Suíça e entra a garrafinha, duas garrafinhas, quatro garrafinhas, cinco garrafinhas e sai um euro. É assim que funciona e as pessoas vão lá pôr e têm o retorno e dá para tudo, aqui em Portugal não. Em Portugal é tudo para o lucro dos operadores num esquema muito obscuro que ninguém controla de uma forma muito clara.

Quero deixar esta nota do RAYT e do SAYT, porque acho que era muito importante que fosse avaliada essa questão.

Precisamos urgentemente e daí a necessidade de olhar claramente para o regresso da AMARSUL à gestão pública, precisamos claramente de um parceiro como a LIPOR no Porto, que é uma associação pública que se senta com os municípios, que discute as soluções de uma forma integrada e encontra a resposta da alta articulada com a resposta da baixa e garante, de uma forma coletiva, as melhores soluções para os municípios, para a empresa, mas, sobretudo para os munícipes e para o ambiente. Neste sentido, é uma questão absolutamente vital, absolutamente vital, depois da experiência de 9 anos de um sistema que não funcionou fazer regressar à gestão pública a alta do saneamento, do tratamento dos resíduos na nossa região.

Presidente da Mesa – Acho que as queixas da falta de clareza do problema já serão menores. Com esta intervenção parece que se ficou a perceber um bocadinho mais do que é que se trata. De facto, isto que o vereador Rabaçal disse corresponde àquilo que a própria ERSAR reconhece que o sistema está desequilibrado, àquilo que a própria AMARSUL também reconhece e até os dados que são apresentados sobre a intervenção do senhor deputado Nuno Carvalho, basta olhar aqui para este quadro da ERSAR, em que o quantitativo da recolha seletiva sobe em 6 anos de 14 para 21, 79%, só sobe 14% na indiferenciada, quando parece que se pensava que se substituíria a recolha indiferenciada por recolha seletiva. Não é assim, também sobe, o ganho de eficiência de 81% para 89%, mas o sistema fica mais caro, é o que o vereador estava a dizer. A recolha e o tratamento seletivo têm custos que os proveitos dos produtos não compensam, nem em energia, nem em adubos, nem em plásticos, nem em tratamento do vidro e esse é que é o problema da economia circular estar desequilibrada.

Esta intervenção faz-nos perceber que temos de levantar uma discussão de fio a pavio em relação aos resíduos, porque se não a questão vai ter sempre ao mesmo, paga quem? O debaixo, que é o Zé povo, aumenta-se a tarifa e pronto. Como está visto isto já é incomportável, não é um problema do Município de Setúbal, a Área Metropolitana de Lisboa tem posições sobre isto desde há vários anos, em 2020 tomou uma posição muito forte e é um problema que toca aos municípios do PS, do PSD, da CDU, toca a todos e é, de facto, uma discussão que tem caminho para se fazer e deve ser feita, porque senão andamos numa discussão deontológica em Bruxelas, que deve ser assim, metas magníficas e ninguém pergunta quanto é que custa e quem é que paga. Ninguém pergunta quanto é que custa e quem paga, depois paga no final sempre o mesmo, que é aquele onde se vai buscar a tarifa ou o imposto, o contribuinte.

Julgo que, apesar de tudo, esta discussão deu para entender que tem muito terreno para andar, mas é preciso fazer o caminho. Acho que todos percebemos, independentemente de mais posicionamentos ideológicos, todos perceberam.

É claro que aquilo que se diz em relação ao público ou privado é mais uma margem, é um lucro assegurado que tem que se assegurar para um concessionário, sabemos que é assim. e a gestão tem menos essa margem se houver uma entidade pública dos próprios municípios que são os utilizadores e os pagadores, corra para o bem ou corra para o mal, como dizia há pouco o deputado Nuno Carvalho, já estão a pagar, seja através do orçamento municipal, seja diretamente através do consumidor ou do utente dos serviços dos resíduos.

Ana Rita Drouillet (CDU) – De facto, a bancada da CDU, também, não ficou de todo elucidada relativamente ao aumento exponencial da tarifa da AMARSUL de 295% em 5 anos. Em sede de comissão, essa questão foi várias vezes abordada e tirando algumas explicações, um tanto ao quanto rocambolescas da AMARSUL quanto ao custo de produção do lixo reciclado, a resposta não foi de todo satisfatória.

Da mesma maneira que não ficou clarificado porque é que a AMARSUL, até 2014, aquando da gestão pública, foi uma empresa com exercícios financeiros que deu até alguns dividendos que se viam a serem reinvestidos no sistema e no serviço público que se pretendia e desde a sua privatização passou a ser uma empresa permanentemente deficitária. Isso também não ficou claro, foi justificado por alguns investimentos, certo, mas o que ficou bastante claro, foi que esta gestão claramente não está a ser eficaz. Se não está a ser eficaz, não serve o propósito.

Por outro lado, o que também não ficou claro foi a gestão da regulação da ERSAR, porque encolhem os ombros, a AMARSUL apresenta um plano financeiro, eles retificam uma ou outra coisa, limitam-se a aprovar, dizem que são independentes, mas claramente não descartam a responsabilidade do aumento da tarifa e ficamos, mais uma vez, com o aumento da tarifa para os municípios e para os munícipes.

Obviamente que compreendemos que numa situação de grande debilidade financeira das famílias, que foi aquela vivida após o processo pandémico e pós pandémico a Câmara Municipal absorveu os aumentos da tarifa da AMARSUL, agora, após várias amputações financeiras, quer seja pelo IMI, quer seja pelo IRS, etc., esta despesa não pode continuar a ser comportada pelo município e alguma solução terá de ser encontrada.

Flávio Lança (IL) – Quero tecer aqui algumas considerações, depois das várias intervenções e quero, também, dar aqui um contributo para esclarecer a questão do deputado Nuno Carvalho, porque, de alguma maneira, acho que lendo os documentos fica claro como é que a tarifa é apurada.

O modelo não é perfeito e quero fazer essa ressalva, porque nós não estamos aqui a dizer que concordamos com o modelo e que o modelo é espetacular e que era este modelo que devia estar. O modelo está criado de forma que a AMARSUL, efetivamente, não tenha qualquer tipo de incentivo e se mexer, portanto, faz aquilo que disse que ia fazer.

Também é preciso sermos justos na avaliação que fazemos, porque a AMARSUL apresenta ao Ministério do Ambiente um plano de investimentos, esse plano é aprovado pelo Ministério do Ambiente e o que a AMARSUL está a fazer é aplicar o plano de investimentos para o qual se propôs. Há lucros? Há lucros daquilo que conseguimos apurar, a AMARSUL é remunerada cerca de 6%, atualmente, pelo valor do investimento que faz, mas também nós aqui no município, quando se pede um empréstimo, as taxas de juro existem e na prática, estamos a falar de uma situação bastante similar, o problema são as metas, que são grandes ou baixas, esse é que é o tema. O que é que eu quero dizer com isto? Em 2021 depositámos em aterro 77% dos resíduos, a União Europeia pede que em 2035 se deposite 10%, nós não temos capacidade para fazer isso, da mesma maneira que para reciclarmos e reutilizarmos, hoje em dia são 9% que é reciclado e utilizado, para 2030 pede 60%. A AMARSUL, nem o município têm capacidade de, hoje em dia, fazer isto, senão fazia e estávamos nas metas, portanto, é preciso investimento.

De onde é que vem o aumento da tarifa? É do investimento que é necessário fazer e como é que isto é feito? Apresenta-se um plano, o investimento é aprovado pelo Ministério do Ambiente, tem lá custos operativos, vai à ERSAR e para remunerar os 6% do acionista é preciso uma fatia e essa fatia é esta taxa que estamos aqui a falar e que supostamente é atribuída aos municípios, é cobrado através do município para efetivamente ter o conceito do poluidor-pagador. Acho que é uma explicação e agora fica na consciência de cada um se este aumento é muito grande, se devia ser menor e se a tarifa devia aumentar de forma mais reduzida ou de forma mais lenta. Que vai aumentar, acho que é evidente e já o disse isso na minha intervenção anterior, quer dizer que para atingir estas metas é preciso investimento e capacidade.

Luís Maurício (CH) – Concordo plenamente com a questão do deputado Nuno Carvalho, saber o porquê deste aumento e depois também concordo muito com o executivo quando diz que temos de tomar medidas, mas desta vez temos mesmo que tomar medidas, judiciais, seja o que for. A AMARSUL, nestas reuniões que tivemos, não se mostrou aberta a baixar, não está aberta a nada e ainda diz que vai aumentar.

A AMARSUL diz que as tarifas vão aumentar, agora temos de começar a pensar, o período de tempo, como eles dizem, o espaço verde é curto, como disse o Flávio, ou é longo. Será que não devíamos de aumentar o calendário que a União Europeia nos pede, aumentar em número de anos do que fazer em tão poucos anos. Será que eles não conseguem perceber que as autarquias não têm capacidade financeira para ir ao mesmo tempo das medidas da União Europeia, é isso que temos de conseguir resolver e sentar com a AMARSUL. Acho que o nosso executivo devia se sentar com a AMARSUL, melhor, todos os municípios do distrito deveriam sentar-se com a AMARSUL e tentarem explicar que este é um problema entre todos e dissessem à AMARSUL para baixarem ou se não o fizessem não pagavam e a AMARSUL teria de baixar.

Às vezes temos que tomar medidas de força para se ter resultados, porque se não o fizermos e continuarmos a dizer que vamos fazer isto e vamos fazer aquilo e não fizermos nada, quem vai pagar é sempre os utentes, o município, são esses que vão sempre pagar.

Por isso digo que a Câmara deveria tomar medidas, se calhar, mais drásticas ou devia tentar resolver com os outros municípios para em conjunto falarem com a AMARSUL, porque como está a ficar e a AMARSUL diz que vão aumentar muito mais, o pior não será agora, mas se as tarifas ainda aumentarem muito mais, ficará cada vez mais insuportável para todas as pessoas.

O conselho que a bancada do Chega dá é para se sentarem com a AMARSUL ou se conseguissem que todos os municípios se sentassem com a AMARSUL para tentarem expor o problema comum, era uma situação mais fácil e, se calhar, os resultados seriam melhores. Vejam o que é que podem fazer de melhor por todos os setubalenses e azeitonenses.

Simão Calixto (CDU) – Só aqui duas ou três questões que gostava de lançar, também, para o debate, ou não, mas também da reflexão da CDU.

De facto, as metas europeias foram definidas por alguém, foram definidas pela União Europeia e depois vai-se ver os dados e a Alemanha em 2017, quando algumas destas metas foram definidas, já tinha uma taxa de deposição em aterro de 1%. É fácil impor metas, porque os outros países já cumprem, mas não se tem em conta a realidade de países como Portugal, como a Letónia, a Estónia, etc., que têm taxas de deposição em aterro acima dos 70% e não se tem em conta a realidade dos sistemas de gestão que existem e transpor isto diretamente para a nossa legislação. É natural que chegado a esta altura de cerca de 3 ou 4 anos, termos de ter as metas no papel para depois poder aceder aos fundos comunitários, claro que as coisas não estão aí e temos que andar a fazer tudo à pressa, se se for possível.

Em relação a AMARSUL, fiquei contente de ouvir o CHEGA a dizer que está a favor da nacionalização e que a solução há de ser essa do futuro dos resíduos em Portugal e acho bem, pelo menos há alguma coisa que podemos concordar.

Também quero um negócio como o da AMARSUL, já agora, tenho 6% garantido, quero um negócio destes para mim, não sei onde é que eu assino....

Temos uma atividade regulada que absorve sempre 6%, é uma empresa privada e como tem sempre direito a 6%, bora lá aumentar a tarifa, porque depois vamos ver os dados concretos e nos últimos anos desde, 2014 até 2021, aumenta de 79% a recolha seletiva e aumenta-se 10% da eficiência da triagem desta recolha. Quer dizer que estamos a produzir mais resíduos tratados, mais material que supostamente tem valor e não se tira contrapartida nenhuma disso? Parece-me estranho. Parece-me estranho que possamos permitir ou aceitar que um sistema deste tipo, um negócio deste tipo continue a servir desta maneira, porque depois no campo do investimento podemos dizer que houve 30 milhões de euros de investimento nestes últimos anos. Mas a verdade é que vemos depois que os aterros estão saturados, há um conjunto grande de medidas ambientais que não são cumpridas, nomeadamente o tratamento de lixo enviado, a energia que não é aproveitada, etc., etc., etc., que são situações que, naturalmente, percebe-se para onde é que o dinheiro está a ir e certamente não é para beneficiar o sistema de gestão de resíduos e não é para beneficiar os cidadãos que o pagam.

A nossa questão, também, vai neste encontro, não podemos concordar com este aumento de receitas, mas é fácil de perceber porque é que acontece estes 295% de aumento de tarifas nos últimos anos, porque a AMARSUL, a Mota Engil no caso, precisa de manter o seu rendimento e é daí que vem e é essa a perceção que temos que ter disto.

Flávio Lança (IL) – Para fazer aqui uma correção, a AMARSUL recebe 6% à data de hoje, porque é indexado, não é um rendimento fixo para todo o sempre, ainda assim se o senhor deputado está na disponibilidade de fazer investimentos, se calhar, podia aproveitar e isso ser uma solução aqui para o município para fazer o tratamento dos resíduos.

Paulo Lopes (PS) – Uma primeira palavra para a Comissão, que fez um trabalho bastante hercúleo e que num tão curto espaço de tempo conseguiu ouvir as entidades, fazer estas atas tão descritivas para termos noção do que é que todos os intervenientes disseram e depois é impossível haver uma conclusão, porque isto requer mais discussão.

O primeiro desafio que lanço aqui é que a Comissão continue a aprofundar este tema, porque temos aqui visões muito diferenciadas, ouvimos aqui em primeira mão a visão do vereador Carlos Rabaçal, que tem uma visão muito crítica, a AMARSUL tem uma visão diametralmente oposta na parte que é deles e percebe-se porquê, mas não de ter parte de razão e outra parte não ter, mas depois remete-se aqui para podermos verificar como é que os outros 11 sistemas desta natureza funcionam e quais são os preços praticados.

Aqui podíamos, também, comparar qual é o trabalho que a AMARSUL está a fazer em termos de eficácia, se é que está correto ou não ou se é mesmo o próprio sistema como está montado na sua totalidade, no seu todo, que não consegue dar resposta àquilo que são os objetivos a que nos propusemos e onera bastante os municípios. Acho que é absolutamente fundamental que a Comissão continue a aprofundar este tema, que foi lançado aqui com esta assembleia extraordinária, para tentarmos fazer mudanças, sendo certo, por aquilo que já percebi na leitura e na discussão, que há dois ou três pontos que é impossível negar.

Ponto número um, o ambientalismo tem custos e não adianta sermos todos muito ambientalistas no discurso, mas depois esquecermo-nos que isso tem um custo financeiro muito elevado, porque o mais barato é atirar para o aterro e ponto final, como se fazia há 20 anos ou há 30 anos atrás. Isso ninguém faz e já há muito que abandonámos esse sistema, portanto, temos de estar cientes que este tipo de medidas, que são absolutamente fundamentais e que só pecamos por estar, como aqui alguém agora disse, face à Alemanha e a outros países estarmos muito atrasados, temos que correr um pouco atrás do prejuízo e isto tem custos muito grandes. Temos de ter consciência que vai ter sempre, a partir de agora para a frente, um custo superior. Segundo ponto, tem a ver com as câmaras municipais, todas elas são confrontadas agora com um problema, as câmaras também estão organizadas em várias estruturas, nomeadamente aqui há a AMRS, há a Associação Nacional de Municípios, etc., acho que é importantíssimo que os municípios se organizem, porque isto afeta todos, obviamente, uns têm uma consciência social, se calhar, um pouco mais disponível para conseguir fazer o encaixe deste aumento nas contas do seu orçamento e outros não estão disponíveis para isso. O que é facto, é que isto afeta todos e acho que é mesmo muito importante levar este discurso para as instâncias que une todos os municípios para se poder ter aquilo que é absolutamente fundamental, que é o maior investimento a nível dos fundos comunitários para podermos ganhar o tal tempo que estamos atrasados.

Confesso que fico bastante surpreendido com algumas posições de alguns partidos aqui, dizer que as metas são muito ambiciosas e que sai muito caro e termos de rever as metas, confesso que poderia ver isso de uma certa direita, agora de um Partido Ecologista Os Verdes, achei que ia ser ao contrário, sinceramente. Não estou a falar do PCP, mas do Partido Ecologista Os Verdes achei que eles iam estar na dianteira e na linha da frente para poder impor mais metas e uma determinação inabalável para atingir estas metas e estes objetivos. Aqui pela coligação CDU, as intervenções que vejo é exatamente o oposto, é termos que rever as metas, porque não somos capazes de fazer e isto sai muito caro. Há aqui uma contradição que não deixa de ser curiosa e que eu não compreendo e acho que se acordarmos com a União Europeia para receber o dinheiro dos fundos comunitários, porque só acordámos com as metas para receber também o dinheiro, esse dinheiro depois tem que servir para cumprir as metas e tentar perceber o que é que está errado no sistema para não estarmos a cumprir as metas.

Por aquilo que a AMARSUL aqui fala, dizem que a parte da recolha seletiva passou para 40% de 2019 para 2023, que há um investimento muito grande e já aqui foi falado. Há aqui muita coisa que seguramente está a ser bem feita, mas aquilo que me parece que é transversal em todas as audições é que isto só vai lá com o município a fazer reciclagem e a fazer a recolha indiferenciada. É a única forma, não há hipótese, quando nós formos pôr o lixo, e há pouco o vereador Carlos Rabaçal dava o exemplo da tara das garrafas como se fazia antigamente, não sei se é por aí ou se é com a recolha diferenciada do lixo em que eu ao fazer a recolha tenho um usufruto direto de fazer essa separação, ou seja, se eu pagar o mesmo, porque isto vai tudo pelo consumo de água, eu estou-me borrifando e meto tudo no mesmo sítio.

Isto vai demorar gerações até que os mais novos façam a reciclagem de uma forma intuitiva, mas para o atual, para as pessoas que, neste momento não têm essa sensibilidade ou estão pouco ainda despertas para isso, porque dizem que vão pagar o mesmo, isto é, pela conta da água, faça reciclagem ou não, se não houver esse incentivo, dificilmente conseguiremos atingir qualquer objetivo e baixar a fatura dos resíduos urbanos.

Aqui, acho que temos de começar a discutir, também, em que sistemas é que há alternativas e aqui a câmara tem um pouco a obrigação de pôr à discussão na Comissão, na Assembleia, nos vários fóruns quais são as alternativas que existem.

Confesso que não acho que o porta a porta vai resolver e os bio resíduos porta a porta vai resolver de forma fácil, é oneroso como aqui já foi dito, temos um clima complicado, cuja temperatura atinge facilmente os 40 graus e as pessoas têm o lixo dos orgânicos ali que não é recolhido todos os dias, é de X em X dias, portanto, não é fácil, não há soluções fáceis aqui.

Há aquele sistema dos sacos, em que as pessoas pagam através da compra de sacos próprios e a taxa é paga aí, quanto mais sacos se gasta, obviamente, é o próprio que paga. Há a parte de pesar o lixo, é um sistema que carece de um grande investimento seguramente e a câmara sozinha não vai ter condições de o fazer, tem que ter fundos comunitários e é por isso que na nossa moção apelamos a que o Governo olhe para este assunto e dê essa ação, disponibilize esses fundos comunitários para os municípios. Mas temos que pensar realmente e era importante que aqui se começasse a falar qual é a alternativa, sendo que voltar para trás é impossível. É impossível, porque o ambiente assim o exige, não é uma questão monetária, tal como o mais barato era o carvão e acabámos com o carvão, porque era o mais poluidor.

Há aqui várias escolhas que têm que ser feitas e acho que como início de conversa esta Assembleia, na minha opinião, foi muito útil e só peca pelo tempo que teve para ser preparada, para não poder ser mais produtiva, mas julgo que no decorrer do mandato, teremos muitas oportunidades.

Vanessa Silva (CDU) – Depois desta última intervenção do deputado Paulo Lopes do PS, fiquei com uma dúvida que gostava de colocar. Nós, de facto, estamos a falar de questões de carácter sistémico, também estamos a falar de comportamentos que são individuais...

Acho que ele não está cá, mas posso dizer isto um bocadinho mais à frente.

Posso perguntar na mesma, a pergunta é para a bancada, como foi ele o porta-voz por isso é que me estava a dirigir a ele.

O que eu quero saber é qual é a posição da bancada do PS sobre a reversão da privatização da EGF, se é a favor deste instrumento sistémico para pôr fim à atual situação e para alterar o caminho percorrido.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Gostava só que o Sr. Presidente da Câmara ou o senhor vereador Carlos Rabaçal me pudesse explicar qual é o funcionamento da ERSAR, é que fiquei com alguma dúvida, porque pelas várias intervenções que já foram aqui feitas parece que a entidade reguladora que negocia, neste caso, com a AMARSUL e com todas as outras empresas a nível nacional, parece que os valores que pagam são completamente diferentes e gostava que isto fosse esclarecido. Há aqui qualquer coisa que não está aqui a bater bem ou, se calhar, a culpa é minha que não estou por dentro disto. O valor de tonelada que é pago é o mesmo valor a nível nacional? Já agora gostava aqui deste esclarecimento.

Vereador Carlos Rabaçal – Pode virar um conjunto de sistemas multimunicipais no conjunto do país e os preços variam de acordo com cada sistema, porque, teoricamente, os valores estão associados à exploração do sistema. Agora, o problema é anterior à regulação da ERSAR quando o sistema está privatizado, é na lei que sustentou a privatização.

Temos uma situação em que, através dos proveitos permitidos, a empresa AMARSUL não pode dar prejuízo, então a AMARSUL não tem de fazer nada de especial, faz a despesa, faz a gestão e depois vai à procura do equilíbrio. Como é que faz o equilíbrio? Através da tarifa. Como é que chega à tarifa? Através do cálculo dos proveitos permitidos que possibilitam ir à procura do valor da tarifa que equilibra as contas da entidade que faz a gestão e o tratamento dos resíduos.

A empresa apresentou uma proposta, a ERSAR avalia a proposta, aliás, este ano houve uma contraproposta, uma nova proposta e nova contraproposta, andou aqui um baile de propostas e contrapropostas até que se chegou ao valor de aumento de 39% para este ano e um aumento de mais 27% para o ano que vem. Já está assente, dentro deste algoritmo de cálculo do valor que a empresa não pode deixar de ter, ora, o que é que isto dá? Dá uma coisa fantástica, a AMARSUL, de facto, está de cadeirão, sabe que aconteça o que acontecer à exploração a AMARSUL vai sempre ser equilibrada.

Por exemplo, a AMARSUL não faz qualquer ruído em relação às metas, não diz que não consegue, se consegue, não faz qualquer ruído. O que é que é? Ok! O que é? Quanto custa? Quem é que paga? A tarifa. A tarifa quem paga? Os municípios. Está o problema resolvido.

A AMARSUL nem sequer discute, do ponto de vista público, que não está a receber os valores de contrapartida adequados ao material reciclado que entrega à Ponto Verde e outras empresas, nem sequer discute, porque não tem problema, não discute, não recebe, não há problema, aumenta a tarifa, pagam os municípios.

À pouco, quando referi a irracionalidade deste sistema é que uma AMARSUL pública iria discutir com o Governo, iria discutir como a LIPOR discute com todos os municípios as melhores soluções para todos. Na TRATOLIXO em Cascais, Sintra e Oeiras, eles têm um sistema, por exemplo, para os orgânicos que foi discutido pelo sistema em alta e pelos municípios em baixa, pode ser a melhor solução ou a pior, não interessa se é a melhor ou pior, foi a solução que eles encontraram e coletivamente trabalharam nela e de maneira a que o sistema em alta acolha os resíduos da forma como todos decidiram que iam ser recolhidos. E os municípios trabalham de forma a garantir que os resíduos sejam entregues da forma como foi combinado. O que é que acontece aqui em Setúbal? A AMARSUL diz que se entregue os resíduos separados e depois logo tratam. Como é que nos organizamos? Cada município resolve o seu problema, entregam os bio resíduos como quiserem, entregam os orgânicos como quiserem, entreguem os diferenciados como quiserem e como forem capazes. Discussão sobre isso? Zero.

Isso não faz sentido nenhum, do ponto de vista da rentabilidade de um sistema é completamente irracional. Regressando à questão da tarifa, ela é calculada assim, se vocês se derem ao trabalho de irem ler a legislação que criou a AMARSUL e que define o estabelecimento tarifário, vão pedir a um colega matemático que olhe para aquelas contas e que explique, porque é um esquema tão embrulhado, tão complexo, mas que dá sempre resultado positivo.

Lembro-me quando tínhamos as Águas do Sado, tinham uma fórmula de atualização da tarifa, aquilo era infalível, aumentava sempre, fosse qual fosse o quadro financeiro aumentava sempre, aumentava mais ou menos, por exemplo, se tivesse mantido as Águas do Sado a tarifa teria aumentado 10%, era um aumento histórico por causa da inflação que subiu imenso, porque havia uma certa relação com a inflação, mas a fórmula de cálculo da tarifa da água nunca, mesmo nunca deu baixa da tarifa. É uma forma montada na legislação para ser assim, tal como a forma que está montada pelos resultados da AMARSUL, está montada para ser assim.

Isto é semelhante nos outros sistemas geridos de uma forma privada, em que está a EGF e Mota Engil, são 13 ou 14 no país inteiro, que agrupam a maioria dos municípios do país e depois há aquelas soluções inteiramente associativas municipais, que é o caso da LIPOR, o caso da TRATOLIXO e como era também a AMARSUL antes de ser privatizada.

O desafio foi colocado pela bancada da CDU, saber se, após a privatização da AMARSUL, com os resultados que são conhecidos, com o contributo que é conhecido, com a forma absolutamente inenarrável como a AMARSUL se relaciona com os municípios, é uma relação cordial em que falamos, falamos e batemos na parede, não interessa nada o que dizemos, mas cordialmente falamos e tudo o que dizemos não interessa rigorosamente para nada. O que interessa saber é se neste momento exato há disponibilidade política para em conjunto, Município de Setúbal, municípios da península, municípios do país... Por exemplo, a VALORLIS, como já fui informado, fez uma providência cautelar e ganhou em 1ª instância, agora está em Tribunal uma ação principal para travar o crescimento e neste momento travou o crescimento da tarifa na zona da VALORLIS, a EGF e Mota Engil também. É uma matéria, como aqui foi dito, creio que na moção da CDU, que sugere que se tomem medidas legais nesse sentido, também para ver se conseguimos travar este processo. A questão é saber, há disponibilidade política para fazer uma análise rigorosa, sem preconceitos ideológicos, sem outras questões para a gestão deste sistema e corrigi-lo? E, neste momento, corrigi-lo seria revertê-lo para a gestão pública, por uma gestão pública que dava lucro e que fazia melhor trabalho do que esta empresa privatizada desde o primeiro dia. É um desafio que fica em cima da mesa e que eu creio que era muito importante que fosse colocado, não só aqui, mas também junto dos outros municípios, mas o Governo, naturalmente, que tem na mão essa possibilidade de intervir, resgatar e devolver.

Temos um cardápio, não está aqui, mas seguramente o Sr. Presidente da Câmara vai lidar com os outros municípios, que é o que compete este trabalho, e irá encontrar-se os relatos de incumprimentos da AMARSUL de metas em “n” matérias e compromissos assumidos com os municípios e que não foram cumpridos e que até fazem parte do seu programa de ação e como não foram cumpridos afetam gravemente os municípios.

Essa questão, vindo para cima da mesa com clareza, na sequência deste debate que aqui estamos a abrir com esta qualidade, que acho que é muito relevante, pode ser que consigamos encontrar um caminho que resolva este problema, mas também não pode ser para daqui a 10 anos.

Não é um problema para irmos conversando daqui a 10 anos, tem que ser um problema para discutir e resolver este ano sobre o que é que fazemos, se não no próximo ano será mais 27% de aumento e no ano seguinte será mais não sei quanto por cento de aumento e continua.

Como foi dito à Comissão, foi dito a todos os que falaram com a AMARSUL e a senhora disse-me com um sorriso nos lábios, “Ó senhor vereador, não se preocupe com os aumentos que tem havido.” Ela estava a falar dos 295% durante os 5 anos. “Não se preocupe, os aumentos à séria são aqueles que aí vêm.” Não foi numa reunião reservada, foi numa reunião coletiva, foi exatamente assim. Creio que isto não faz sentido e temos de tomar medidas em relação a isto.

Paulo Lopes (PS) – Como me foi feita uma pergunta e tendo sido já respondida em parte pela minha camarada Maria João Palma. Quero apenas dizer à deputada Vanessa Silva, o Partido Socialista no seu programa eleitoral em 2015 tinha a questão da reversão da privatização da EGF com duas ou três questões muito claras, que era desde que isso não representasse uma indemnização que pusesse em causa depois o próprio sistema, porque essa indemnização tinha de ser suportada também por alguém.

Também estava por base uma outra coisa, é que se achava que havia uma ilegalidade quando foi feita a privatização da EGF e tal entendimento não se veio a concretizar e, por isso, o Governo entendeu não reverter a privatização da EGF, porque iria ter um custo associado, tal como a Câmara tem aqui com as concessões que se tivesse que reverter de forma unilateral seria inoportuno e tinha que haver negociações para o qual o interessado teria que estar disponível. Por isso é que o Governo do Partido Socialista na altura não o fez, não avançou.

Agora dizer de forma, também, muito clara, por aquilo que aqui já discutimos, não me parece que o problema central seja o da AMARSUL ou, então, depois de analisarmos os outros 11 sistemas e perceber que este é mesmo o pior de todos, se calhar, aí a AMARSUL é um dos grandes problemas, mas é preciso analisar os outros 11 sistemas. Como não o fizemos, também, não vamos estar agora aqui a diabolizar assim sem bases.

Aquilo que eu acho que é o problema fulcral, não é ser privado, porque, como há pouco o deputado Simão Calixto dizia dos 6%, se os municípios se juntarem para comprar, imaginando se fizessem ali uma OPA hostil e adquirissem, mesmo que não fosse hostil, e adquirissem a parte do privado, o investimento necessário para comprar estando a Euribor e os juros a 5 e tal por cento, teria um custo que era muito superior àquilo que é o rendimento assegurado dos 6% que atualmente a empresa tem. Estas contas é preciso fazê-las também e não irmos atrás de ideologias que em conceito valem, mas depois na prática trazem problemas e buracos financeiros ainda maiores.

Era só isso que queria deixar claro. Julgo que respondi à sua questão.

Francisco Cabral (PSD) – De facto, estamos objetivamente unidos naquela que é a crença de que vivemos tempos repletos de desafios, também eles extremamente complexos e que muitas vezes não são tangíveis e que, naturalmente, exigem respostas também elas complexas.

Acreditamos, sobretudo, que as intervenções que aqui foram realizadas caminham, também, naquilo que o PSD defende ou procura, que é um desenvolvimento sustentável holístico, também ele económico, social e sobretudo ambiental, mas alicerçado numa cidade que seja ela mais inclusiva e também baseada nos objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 das Nações Unidas.

Sobretudo compreendemos o custo da transição energética e, por isso, também, defendemos uma cidade que protege aqueles que se encontram em situações de maior fragilidade, com menores rendimentos entenda-se, aqueles que mais sofrem em tempos de crise e, por isso, infelizmente, a principal matéria que hoje nos separa é o modelo de gestão. Um modelo que tem levado ou fugido de responsabilidades políticas e precisamos de respostas concretas e, por isso, questiono a Assembleia, mesmo compreendendo este aumento. Pergunto, consideram aceitável? E pergunto mais, consideram legítimo que se imponha mais uma pesada taxa aos nossos municípios?

Não será possível, nesta Assembleia, nesta reunião, encontrarmos aquilo que é um consenso político entre as várias bancadas que atende, sobretudo, aos impactos que a crise inflacionista provoca sobre todos os setubalenses?

Nuno Carvalho (PSD) – Tal como o grupo municipal do PS já tinha dito aqui, considero que é importante, como é evidente, toda a discussão que aqui está a ser colocada, até da alteração sobre a forma e sobre o processo do sistema, contudo, parece-nos haver, daquilo que o PSD interpreta, também aqui unanimidade, no que diz respeito à intensidade.

Primeiro, ninguém questiona a necessidade, como é óbvio, de financiarem este sistema, isso é evidente. Tem que ser financiado e ninguém coloca em causa a necessidade ambiental, o que está aqui em causa é a intensidade e a distribuição, ou seja, se ele tem que obedecer a esta intensidade, do ponto de vista do esforço financeiro que é colocado sobre o município, e entenda-se sobre o município orçamento ou sobre os municípios, vai dar direta ou indiretamente à mesma coisa.

Em segundo lugar, a questão é se, efetivamente, não é possível diminuir, mitigar estes custos, procurando fontes de financiamento alternativas.

Ora, sobre a primeira questão percebemos claramente que há um contrato público que decorre e que se houver uma alteração desse contrato tem que ser por uma via em que o município escuse, o Governo recuse ou a AMARSUL aceite negociar. Basicamente estamos amarrados a algo que contratualmente nem a Câmara Municipal e nem a Assembleia Municipal podem alterar.

O que o PSD quer propor é que, neste caso, existisse uma recomendação para que, pelo menos, naquilo que parece ser o consenso de todos os partidos políticos em que o Governo, face ao plano de investimentos que tem negociado com a AMARSUL, procure sobre esse plano de investimentos fontes de financiamento alternativas.

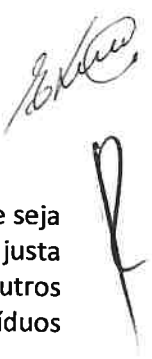
Foi aqui mencionado a questão energética, sabemos que existe um fundo ambiental, ou seja, que aquilo que é o financiamento desse plano de investimentos não funcione somente desta forma, em que há um financiamento que vai buscar diretamente receita aos municípios e os municípios em determinada altura não têm outra alternativa se não fazer repercutir nos municípios. É preciso perceber que quando se vai ao orçamento da Câmara, vai-se ao bolso dos contribuintes setubalenses e azeitonenses, só que não se sente da mesma maneira, mas o resultado é igual.

Naturalmente que o PSD está aqui a fazer uma proposta que resulta do debate que aqui ocorreu, nunca poderia fazer esta proposta antes do debate ocorrer, nunca poderia fazer uma interpretação daquilo que é a posição da Assembleia Municipal se a sessão não acontecesse. Por isso, a primeira questão é, se a Assembleia Municipal aceita que o PSD proponha esta recomendação, que é uma recomendação sem exposição de motivos, mas que tem esta parte resolutiva de que o Governo em negociação com a AMARSUL se sentem à mesa e procurem fontes de financiamento alternativas e até podemos mencionar algumas que aqui foram debatidas e foram faladas. Isto se, em primeiro lugar, a Assembleia aceitar que seja colocada esta proposta que o PSD está aqui a colocar. Em segundo lugar, se assim o entender, até podemos, eventualmente, fazer uma ligeira interrupção dos trabalhos para escrever esta pequena parte resolutiva e votá-la aqui, porque isto é uma recomendação que vai direta ao Governo e que municia o Governo de uma vontade política da Assembleia Municipal que, caso o Governo tenha essa mesma vontade, tente negociar com a AMARSUL. Pode conseguir ou pode não conseguir, mas, pelo menos esta recomendação deve ser tentada em nome da defesa dos municípios, dos setubalenses e azeitonenses.

Parece-nos ser algo que é a interpretação desta Assembleia Municipal de forma transversal e parece-nos algo que, assim sendo, podemos recomendar ao Governo, esperando que o faça junto da AMARSUL, sabendo das limitações que existem do ponto de vista contratual e não excluindo outras vias que se considere, como é óbvio, legítimas, sejam essas vias as que sejam tomadas em conjunto com outros municípios, sejam até outras vias que o Governo queira tomar.

O Governo até pode querer apresentar uma linha de fundos comunitários ou coisa que o valha, desde que sejam fontes de financiamento alternativas que elas ocorram, mas, acima de tudo, que venham mitigar aquilo que é o esforço que os setubalenses e azeitonenses neste momento já enfrentam e que vão sentir diretamente no seu bolso mais tarde ou mais cedo face à instabilidade da situação.

Colocamos isto à consideração dos partidos e, se assim o entenderem e caso haja essa anuência, fazer-se um intervalo rápido de 5 minutos para esboçar um texto que possa merecer este consenso que nos pareceu existir, mas se não houver esse consenso, então, não podemos estar aqui a fazer uma proposta. Fica à consideração da Assembleia Municipal.



Presidente da Mesa – Senhor deputado, creio que é, pelo menos, uma proposta que diz que propõe que seja repensado o financiamento do setor e aumentar as contribuições dos produtores embaladores na justa proporção dos resíduos produzidos, de modo a aliviar as tarifas, extinguir a TGR, discutir com os outros municípios e no âmbito da Associação de Municípios ou na sustentabilidade política da gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Acho que esta proposta está, de facto, aqui contida, as palavras não são exatamente as mesmas, mas creio que se está a referir a esta proposta.

Nuno Carvalho (PSD) – Senhor Presidente seja bem-vindo ao debate, ainda assim não estava a tentar fazer debate. Estou a procurar um texto e uma parte resolutiva que esta Assembleia possa aprovar por unanimidade, se quisemos defender uma aposta em particular, essa é a parte do debate, a nossa parte, porque não trouxemos proposta, é uma interpretação de algo que consideramos ser um discurso comum de todos os partidos.

O Sr. Presidente acabou de fazer algumas referências que sei de certeza que alguns partidos não concordam, percebi isso do debate, percebi, entendi e não vale a pena agora estar a dizer o que é que eu acho que o PS ou a CDU ou o PSD não concorda com uma dessas partes.

O que estamos aqui a propor é algo que, como disse e volto a referir e espero só poder dizer só mais uma vez, procurar fontes de financiamento alternativas no sentido de junto da AMARSUL, que o Governo o faça junto da AMARSUL, no sentido de esta forma de financiamento não recair neste único sistema que é de uma única via que vai ter diretamente aos municípios.

Foram aqui dados vários exemplos de diferentes partidos de que isso, eventualmente, seria possível e analisável e desejável e todos os partidos expressarem, inclusive, aquilo que, de facto, devia ser uma alteração nesta forma de procurar soluções junto a AMARSUL. Se conseguirmos interpretar bem essa vontade, esta recomendação que fazemos é que obedeça a um texto comum e que não seja um texto que saia de uma destas propostas, naturalmente que poderemos votá-las ponto a ponto, mas queremos que o que estamos aqui propor não está da forma como estamos a mencionar e refletido desta maneira e que seja um texto da Assembleia Municipal com o consenso amplo no sentido de ir de encontro a uma vontade que cremos ser comum.

Presidente da Mesa – Espero que o senhor deputado tenha a noção da dificuldade de fazer uma coisa dessas em pleno funcionamento da Assembleia, não faria isso no Parlamento, na Assembleia da República, não se levantava da bancada e dizia para aceitarem a sua proposta verbal ou para intervalarem ou para fazerem uma proposta. Talvez, se o senhor deputado começasse a redigir algum texto, podíamos pôr à consideração da Assembleia.

Nuno Carvalho (PSD) – Senhor Presidente terei muito gosto em redigir neste curto espaço de tempo, em primeiro lugar, e em segundo lugar, não estou a comparar isto com nenhuma outra assembleia sem ser esta que permite esta interrupção e permite que aceite esta proposta. Naturalmente, se os partidos todos não aceitarem não podemos colocá-la.

Não é inovador o que estou a fazer, por isso não estou a ver qual o espanto em continuarmos aqui num “*quid pro quo*” e podemos ou não desempatar recorrendo aos outros intervenientes que já não sou eu e nem o Sr. Presidente.

Presidente da Mesa – É na gestão prática, não identifico nenhum “*quid pro quo*”, nem nenhuma exposição incompatíveis que precisem dessa mediação, mas os deputados têm a sua livre iniciativa de apresentar propostas e é nesse sentido que disse que, talvez, o senhor deputado possa apresentar.

Paulo Lopes (PS) – A bancada do Partido Socialista não vê qualquer inconveniente que o PSD apresente na Assembleia uma proposta e votará favoravelmente a sua aceitação e discussão, que fique claro que da nossa parte não temos qualquer impedimento.

Em relação ao conteúdo, o Partido Socialista fez o seu trabalho de casa para esta Assembleia e apresentou uma recomendação que tem, na nossa perspetiva, uma súmula daquilo que foi aqui discutido e que penso que foi maioritariamente aceite por todos. Na parte deliberativa do ponto 3, onde diz, “*Solicitar ao Governo que apoie os municípios através de fundos comunitários com vista ao cumprimento das metas ambientais estabelecidas no âmbito da União Europeia.*”, até podemos acrescentar se isso agrada à bancada do PSD “*e disponibilizar outros meios diferenciados de financiamento para apoiar os sistemas de recolha e tratamento de resíduos urbanos*”, fica também a proposta de alteração à nossa para que todos se sintam plenamente revertidos na nossa moção.

Simão Calixto (CDU) – Independentemente da forma, a CDU está de acordo com a proposta que o PSD levanta e ficamos à espera que, também, votem favoravelmente a nossa proposta, tendo em conta que uma parte dessas ideias também lá estão refletidas como tão bem o Presidente defendeu.

Flávio lança (IL) – A Iniciativa Liberal, também, acompanhará esta proposta, deixava, no entanto, uma sugestão de que esta recomendação não se cingisse a fontes de financiamento, mas também à valorização das receitas que de alguma maneira também contribuem para a baixa da taxa.

Luís Maurício (CH) – O partido CHEGA também vai acompanhar esta proposta, porque vemos que dentro desta proposta sairá o melhor, tentarmos resolver algo mais concreto e a proposta que o Nuno Carvalho falou, acho que é algo que está dentro dos nossos objetivos e vamos acompanhá-la.

Presidente da Mesa – Segundo julgo perceber, o senhor deputado Nuno Carvalho está a escrever. Nós íamos votando as outras enquanto o texto está a ser redigido, julgo que o texto não é muito desenvolvido.

Nuno Carvalho (PSD) – Da parte do PSD, estamos disponíveis para, das duas uma, ou que seja incluído nas propostas, com todo o respeito por todas as propostas, mas se tiverem todas as propostas e que quiserem incluir esta parte resolutive que o façam, pediremos é a desagregação da votação e aquilo que não concordarmos na proposta votamos contra ou a favor.

Naturalmente, que se esta parte estiver lá, votaremos a favor e todos podem votar a favor. Vai dar ao mesmo do ponto de vista formal, não estamos aqui a procurar a parentalidade de alguma coisa que foi discutido amplamente por todos, isso não é o mais importante aqui de uma forma clara e evidente.

Parece-nos é que existe, de facto, aqui uma posição que possa de uma forma clara e evidente ser definida por todos e se esse é o espírito só queremos é tentar perceber, até por uma questão de metodologia, porque estamos a procurar, naturalmente, merecer aqui o acolhimento dos outros partidos e em particular do Partido Socialista.

A nossa proposta seria, que o Governo em negociação com a AMARSUL encontre fontes de financiamento alternativas e de valorização de receitas no sentido de mitigar os custos que são, neste momento, imputados aos municípios e conseqüentemente aos munícipes.

Podemos melhorar e aprimorar o texto, como é evidente, e ele pode ser incluído em proposta dos partidos, mas que não pode ser só de um, como é óbvio, neste caso teria que ser PS, CDU, IL e por aí fora, estamos totalmente de acordo com essa situação, mas se o PS diz que só vota a favor se for na proposta deles. Era só isso que queríamos perceber ou então apresentamos nós uma com este texto, é só para tentar entender a metodologia e a seguir fazemos.

Vítor Rosa (BE) – Tinha pedido a palavra para dizer que não obstaculizava a apresentação da proposta do PSD, mas já está ultrapassado, porque existe já um outro quadro, portanto, fico à espera se o PS aceita ou não a inclusão na proposta aquilo que o deputado Nuno Carvalho aqui trouxe.

Paulo Lopes (PS) – Manifestei total disponibilidade para alterar aqui um dos pontos no sentido daquilo que o PSD entende, se o PSD quer apresentar uma e ter o aval do PS, escreva, apresente e nós votaremos depois em conformidade, precisamos é de conhecer o texto.

Se quiser apresentar uma proposta com a chancela do PSD, façam, apresentem e nós votamos favoravelmente a sua aceitação e depois votaremos em conformidade o que acharmos do nosso entendimento da proposta, se a proposta é que o PS introduza um ponto ou acrescentar num dos pontos, então diga o que é que querem, eu é que fiquei sem saber o que é que o PSD quer.

Vanessa Silva (CDU) – A nossa sugestão é, tendo em conta que o PSD fez uma proposta, que seja votada a sua admissão, nós votaremos a favor e depois acompanharemos a proposta, se ela for parecida à que está colocada.

Presidente da Mesa – O texto é limitado a esse tema e não tem grande dificuldade com certeza. Vamos começar a votar, temos quatro para votar e depois votaremos mais uma.

b) Deliberação n.º 033/2023/AM – Proposta n.º 02/2023/PAN – Recomendação “Por uma gestão eficiente dos resíduos no Município de Setúbal”

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 CH, 1 do PAN e 1 da IL, e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

c) Deliberação n.º 034/2023/AM – Proposta n.º 05/2023/IL – Recomendação “Resíduos e água separados por uma gestão consciente”

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, 17 votos contra da CDU e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

d) Deliberação n.º 035/2023/AM – Proposta n.º 02/2023/PS – Recomendação “Para a adoção de modelos mais eficientes na recolha de resíduos urbanos”

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, 17 votos contra da CDU e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

Simão Calixto (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: “A CDU votou contra a proposta do PS, por se limitar a recomendar o que já está em curso e o acesso a fundos comunitários que são questões que já são praticadas por esta autarquia.”

e) Deliberação n.º 036/2023/AM – Proposta n.º 02/2023/CDU – Sistema de gestão dos resíduos sólidos urbanos no Município de Setúbal e na região e respetivo regime tarifário

Presidente da Mesa – Querem desagregar, ou seja, votar ponto a ponto. Vamos então votar.

Ponto 1. – Aprovado por unanimidade e em minuta.

Ponto 2. – Aprovado por unanimidade e em minuta.

Ponto 3. – Aprovado por unanimidade e em minuta.

Ponto 4. a) – Rejeitado por maioria e em minuta, com 20 votos contra, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE.

Ponto 4. b) – Aprovado por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 17 da CDU, 6 do PPD/PSD e 1 do BE, 11 abstenções, 10 do PS e 1 do PAN e 3 votos contra, 2 do CH e 1 da IL.

Ponto 4. c) – Rejeitado por maioria e em minuta, com 19 votos contra, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, 2 abstenções do CH e 17 votos a favor da CDU.

Ponto 4. d) – Aprovado por unanimidade e em minuta.

Ponto 4. e) – Aprovado por unanimidade e em minuta.

Ponto 5. a) – Aprovado por unanimidade e em minuta.

Ponto 5. b) – Aprovado por maioria e em minuta, com 28 votos, 17 da CDU, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 10 abstenções do PS.

Ponto 5. c) – Aprovado por unanimidade e em minuta.

Ponto 5. d) – Aprovado por unanimidade e em minuta.

Ponto 5. e) – Aprovado por maioria e em minuta, com o voto de qualidade do Presidente da Mesa, com 17 votos a favor da CDU, 4 abstenções, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e 17 votos contra, 10 do PS, 6 do PPD/PSD e 1 da IL.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada na sua globalidade por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 12 votos contra, 10 do PS, 1 do PAN e 1 da IL, e 9 abstenções, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votámos contra na última alínea d) e abstivemo-nos na votação final global, porque esta mesma alínea poderá significar que o impacto que o aumento das tarifas possa ser colocado em cima dos ombros dos setubalenses na sua fatura de água. A forma como isto está escrito pode propiciar esse tipo de interpretação, não aceitamos este tipo de caminho, aceitamos que haja as medidas necessárias para garantir a suscetibilidade sem colocar em risco o equilíbrio das contas municipais, mas não é à conta do orçamento dos setubalenses, com certeza.”*

Óscar Santos (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Não podemos acompanhar a votação na globalidade desta moção, uma vez que em uma das alíneas nós tínhamos votado contra e ela passou, portanto, nesse sentido não podemos acompanhar favoravelmente esta moção.”*

Mariana Crespo (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Na presente recomendação, a CDU assume nos seus considerandos, em primeiro lugar, que a AMARSUL que tem agora total responsabilidade pelos aumentos tarifários, ao mesmo tempo que assume e passo a citar “ao longo dos últimos anos, o Município de Setúbal tem por decisão própria, contrariando orientações da ERSAR e os princípios legais do utilizador-pagador e do poluidor-pagador suportar parte substancial da tarifa praticada”, considerando estes pressupostos não podemos concordar, nem acompanhar a CDU ao querer culpar exclusivamente a AMARSUL por aquilo que mais não têm sido do que sucessivos erros de gestão do município.*

Também é notório que a CDU assume a total desresponsabilização do município, quanto a medidas de redução, reutilização e reciclagem de resíduos em Setúbal, novamente empurrando esse ónus exclusivamente para a AMARSUL, algo que não concordamos, nem podemos acompanhar.

Perante esta confusão ideológica, as recomendações a seguir elencadas, naturalmente, mais não mostram do que a vacuidade de ideias práticas e exequíveis da CDU para a resolução do problema.

Estamos perante uma necessidade imperativa de mudança de paradigma quanto à gestão de resíduos no município, pelo que consideramos que não faz qualquer sentido a CDU continuar a querer adiar a resolução do problema, apelando a medidas desconexas e abstratas tais como, e passo a citar, “a exigência de uma alteração de política para o setor, que seja repensado o modelo de financiamento do setor ou que seja extinta a TGR”. Consideramos que nada disto contribuirá para o necessário debate e plano de ação sério que temos de adotar daqui para a frente de modo a cumprir as metas necessárias a nível da gestão de resíduos. Por este motivo votámos, na globalidade, contra a presente recomendação.”

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: “*Votámos contra, porque existem aqui alguns fatores chave para não termos acompanhado esta recomendação. O primeiro é o viés ideológico contido na mesma que pretende que tudo seja público, o setor público e privado deve cooperar. Relembramos que a competição estimula a inovação, a redução de custos e a melhoria dos serviços e no final do dia é importante que os lixos sejam separados, tratados e reciclados com menor custo para todos os cidadãos.*

Em segundo lugar, a recomendação retira a responsabilidade individual na gestão de resíduos, é fundamental para que a médio prazo se consiga começar a reduzir os custos com o tratamento dos resíduos, que se enfatize a responsabilidade individual na separação e reciclagem dos resíduos, premiando quem mais separa.

Por fim, esta recomendação pretende que os municípios, além de pagarem os seus impostos ao município, como é habitual, veja os preços dos bens que compram a subir, porque se pretende aumentar as contribuições dos produtores e dos embaladores, ou seja, desde que não seja a Câmara Municipal a pagar com os impostos está tudo bem, os municípios podem passar a pagar o tratamento dos resíduos com os produtos mais caros, porque se se vai aumentar os custos de produção de quem produz bens e faz embalagens, esses custos vão seguramente passar a ser refletidos nos preços dos produtos.”

Vítor Rosa (BE) – Não é para declaração de voto Sr. Presidente, é para manifestar que durante a minha intervenção apresentei três propostas à Assembleia e, atendendo ao debate, até retirava duas delas agora para esta discussão. Mas deixada à consideração da Assembleia a proposta de que seja indicado pelo Executivo e Serviços Municipalizados interlocutores que, em conjunto com a Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal, estudem propostas de inclusão no plano de ação da câmara para o PERSU, uma vez que este debate se vai prolongar e esta é uma das medidas em que o próprio Executivo e a Assembleia vão ter de se pronunciar mais à frente.

Era essa a proposta que deixava à Assembleia para se pronunciar, no sentido de a própria Comissão começar já a fazer esse trabalho.

Presidente da Mesa – Senhor deputado, permita-me que lhe sugira uma recomendação. O PSD no meio da discussão, também, fez a sua proposta, passou-a a escrito, está aqui, está apresentada e está legível, a sua ideia é perfeitamente entendível, creio que o Sr. Presidente da Câmara, o Executivo entenda perfeitamente. Creio que isso é facilmente consensualizável, até porque quando as comissões, que é uma parte da Assembleia, reúnem e funcionam, a obrigação do Executivo é estar presente, se tem um interlocutor fixo ou um interlocutor variável é outra questão, não se põe em causa sequer essa viabilidade. Agora transformar isto em proposta individual, outra vez, não sei se é isso que pretende, se é assim também poderá redigir um texto e pomos à admissão da Assembleia, mas julgo que como recomendação, talvez o Sr. Presidente da Câmara até lhe dê já a resposta e fica o compromisso feito.

Vítor Rosa (BE) – Acho que é preferível fazermos da forma mais prática, ou seja, que o Executivo se pronuncie e ficarmos com o problema resolvido.

Presidente da Mesa – Senhor Presidente aceita a recomendação do senhor deputado municipal de indicar alguém para tratar este assunto na comissão?

Presidente da Câmara – Tenho a ideia que a Câmara Municipal, quando são indicadas reuniões das comissões, participam os técnicos e/ou os eleitos, conforme as condições ou os temas a serem tratados, é uma obrigação da Câmara Municipal.

É uma questão que, do meu ponto de vista, não faz muito sentido, agora chamar a atenção para isso, ok, mas da nossa parte, da Câmara Municipal, aquilo que é considerado como a nossa obrigação é de quando são convocadas as reuniões das comissões estar alguém a representar o executivo ou representar os Serviços Municipalizados, tratando-se de matéria que é diretamente tratada ou acompanhada pelos Serviços Municipalizados.

f) Deliberação n.º 037/2023/AM – Proposta n.º 02/2023/PSD – Sistema de gestão dos resíduos sólidos urbanos no Município de Setúbal e na região e respetivo regime tarifário

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Presidente da Mesa – O Sr. Presidente da Câmara irá fazer a intervenção de encerramento.

Presidente da Câmara – Creio que ficou claro que fizemos bem em solicitar ao Sr. Presidente e a Assembleia correspondeu para que tivesse lugar este debate sobre matéria tão importante na atualidade, mas também sobre matéria extremamente importante para o nosso futuro, para a nossa vida.

Naturalmente que ficamos, também, muito satisfeitos por conseguirmos dinamizar este debate político no sentido de todos podermos refletir sobre as questões que estão aqui em causa e também com a situação em que a Câmara Municipal de Setúbal, não só, neste momento com a imposição de um aumento de 39% que temos de pagar à AMARSUL e que não houve aprovação do aumento tarifário na Câmara Municipal e a situação, como eu referi, que o valor estimado para pagar à AMARSUL é que tem um custo que ronda os 4 milhões de euros anuais.

É uma situação que a todos responsabiliza e que procuraremos continuar a trabalhar no sentido de encontrarmos aqui entendimento que possa vir a criar melhores condições para que os próprios Serviços Municipalizados, que têm agora esta responsabilidade de fazer a recolha e o encaminhamento para a AMARSUL tenham condições tarifárias para suportar esta operação. Sendo que há aqui uma questão que é fundamental, esta componente do sistema de resíduos, importa que seja feita com eficiência, com eficácia, porque se não for assim, naturalmente, que porá em causa a saúde pública, para além das questões ambientais.

Como sabemos, os Serviços Municipalizados assumiram esta responsabilidade em 18 de dezembro de 2022, estão ainda num processo de instalação e também a frota que está afeta à recolha e transporte dos resíduos tem custos que terão de ser suportados por alguém, se não for pela tarifa, será mais uma vez a Câmara Municipal a suportar estes custos. É uma questão que acho que nos merece preocupação, porque o equilíbrio das contas do município são sempre questões centrais nas nossas decisões.

Creio que, também, ficou bem claro da minha parte aquilo que é o propósito de trazer aqui esta discussão e este debate, como ficou bem claro que não é um problema apenas do Município de Setúbal, é um problema que afeta todos os municípios do sistema, mas, para além disso, é um problema que afeta grande parte dos portugueses, porque com a privatização da EGF, praticamente 75% do território estão cobertos com sistemas desta natureza e que têm situações idênticas à de Setúbal e à da Península de Setúbal.

É necessário encontrar caminhos que alterem esta situação e estes caminhos dependem de decisão política e, por isso, levaremos a iniciativa no sentido de que os municípios da Associação de Municípios da Região de Setúbal possam reunir, discutir esta situação.


Está já marcada uma reunião para o dia 3 de julho com esse objetivo e será levada, também, a questão ao Conselho Metropolitano e, como eu disse, à Assembleia da República cujo objetivo é, também, envolver o Governo na avaliação desta situação, no sentido de encontrarmos, de facto, melhor caminho para defender o ambiente, para garantir uma saúde pública melhor para todos e com garantia de um futuro melhor.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e vinte e sete minutos do dia treze de maio, de dois mil e vinte e três.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três, contém quarenta folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,


Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,


Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.